



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO**  
**DE MINAS GERAIS**

**EDITAL IEPHA Nº. 01/2006, DE 30 DE MARÇO DE 2006**

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DAS CARREIRAS DE TÉCNICO DE GESTÃO, PROTEÇÃO E RESTAURO E ANALISTA DE GESTÃO, PROTEÇÃO E RESTAURO.

O Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, IEPHA/MG - no uso das atribuições estatutárias que lhe são conferidas no Decreto n.º 43.513, de 11 de agosto de 2003 e Lei Delegada n.º 81, de 29 de janeiro de 2003, e a Fundação Conesul de Desenvolvimento, tornam pública a abertura de inscrições e estabelecem normas relativas à realização de Concurso Público destinado ao provimento de cargos criados pela Lei n.º 15.467, de 13 de janeiro de 2005, cujos vencimentos básicos encontram-se estabelecidos no anexo VIII.3.2 e VII.3.3, da Lei nº 15.961 de 30 de dezembro de 2005, observadas as disposições constitucionais referentes ao assunto, os termos dos Decretos n.º 42.899, de 17 de setembro de 2002, n.º 43.673, de 4 de dezembro de 2003, n.º 43.885, de 4 de outubro de 2004 e n.º 44.005, de 8 de abril de 2005, bem como legislação complementar e demais normas contidas neste Edital.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES SOBRE O CONCURSO**

1.1. Este Concurso Público será organizado e desenvolvido pela Fundação Conesul de Desenvolvimento, localizada à Av. Cel. Aparício Borges, 2664 – Glória - Porto Alegre (RS), CEP 90680-570, site [www.conesul.org](http://www.conesul.org).

1.2. O Concurso Público de que trata este Edital visa ao provimento de cargos nos níveis iniciais das carreiras de Técnico de Gestão, Proteção e Restauro e Analista de Gestão, Proteção e Restauro, criados pela Lei n.º 15.467/05, que instituiu as carreiras do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, com a respectiva habilitação exigida, para as vagas estabelecidas no item 2.1.

1.3. Este Concurso Público será constituído de provas, a serem realizadas em Belo Horizonte, em etapa única e na mesma data para todos os cargos, sendo vedada inscrição para mais de um cargo.

1.4. Em atendimento à Lei Estadual n.º 11.867, de 28 de julho de 1995, 10% (dez por cento) das vagas oferecidas neste Concurso, conforme item 2.1, serão reservadas a candidatos portadores de deficiência, de acordo com critérios definidos pelo art. 4º do Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, observada a exigência de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições dos referidos cargos, a ser aferida em perícia médica oficial, quando dos exames pré-admissionais, nos termos da legislação vigente.

1.5. A legislação e alterações em dispositivos legais e normativos, com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, não serão objeto de avaliação nas provas deste Concurso.

1.6. Este Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

## 2. VAGAS

2.1. O número de vagas, por cargo e por área de conhecimento é o estabelecido no quadro a seguir:

CARGO	ÁREA DE CONHECIMENTO ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	NÚMERO DE VAGAS		
		AMPLA CONCORRÊNCIA	PORTADORETOS DE DEFICIÊNCIA	TOTAL
Técnico de Gestão, Proteção e Restauração	Ensino Médio completo	12	2	14
	Técnico em Contabilidade	3	-	3
	Técnico em Informática	2	1	3
	Desenhista	6	1	7
	Técnico em Edificações	2	-	2
	Técnico em Eletricidade	1	-	1
	Técnico em Restauração	6	1	7
<b>TOTAL</b>		<b>32</b>	<b>5</b>	<b>37</b>
Analista de Gestão, Proteção e Restauração	Administração	2	1	3
	Ciências Contábeis	1	-	1
	Ciências da Computação	1	-	1
	Comunicação Social – Relações Públicas	1	-	1
	Direito	1	-	1
	Biblioteconomia	1	-	1
	Pedagogia	1	-	1
	Sociologia	1	-	1
	Engenharia Civil	1	-	1
	Engenharia Elétrica	1	-	1
	Arquitetura	10	1	11
	Artes Plásticas	2	-	2
	Geologia	1	-	1
	Geografia	1	-	1
	Designer Gráfico	2		2
História	4	1	5	
<b>TOTAL</b>		<b>31</b>	<b>3</b>	<b>34</b>



TOTAL GERAL	64	7	71
-------------	----	---	----

2.2. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos selecionados, com estrita observância da ordem de classificação.

2.3. As vagas distribuídas – por cargo e por área de conhecimento – são independentes, específicas e não cambiáveis de uma área de conhecimento para outra, para efeito de aprovação, classificação, nomeação e lotação.

2.4. Em caso de surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade do Concurso, poderão ser convocados candidatos aprovados, de acordo com a estrita ordem de classificação, sendo 10% (dez por cento) delas destinadas a candidatos portadores de deficiência, observado o que se determina no item 13.4

### **3. ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA INGRESSO NA CARREIRA**

3.1. Técnico de Gestão, Proteção e Restauro – ensino médio ou curso de educação profissional de nível médio.

3.2. Analista de Gestão, Proteção e Restauro – curso superior em nível de graduação, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC.

3.2.1 Registro no respectivo Conselho de Classe, nos casos em que se tratar de profissão regulamentada.

### **4. ESPECIFICAÇÕES DO CARGO**

4.1 Técnico de Gestão, Proteção e Restauro: desempenhar todas as atividades de nível intermediário relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do IEPHA/MG.

4.1.1 Atividades de apoio relacionadas às áreas de planejamento e gestão, pesquisa, proteção, promoção e divulgação, intervenção e fiscalização em bens tombados do acervo cultural de Minas Gerais.

4.2. Analista de Gestão, Proteção e Restauro: desempenhar todas as atividades de nível superior relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do IEPHA/MG

4.2.1. Atividades relacionadas às áreas de planejamento e gestão, pesquisa, proteção, promoção e divulgação, intervenção e fiscalização em bens tombados do acervo cultural de Minas Gerais

4.3. Remuneração Inicial do cargo:

4.3.1 Para o nível médio: será aquela determinada para a faixa de vencimento do nível I, grau A, da tabela de vencimento básico da carreira de Técnico de Gestão em Proteção e



Restauo, carga horária de 40 horas semanais, instituída pela Lei n.º 15.961, de 30 de dezembro de 2005 – anexo VII.3.2, correspondente ao valor de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais).

4.3.2 Para o nível superior: será aquela determinada para a faixa de vencimento do nível I, grau A, da tabela de vencimento básico da carreira de Analista de Gestão em Proteção e Restauo, carga horária de 40 horas semanais, instituída pela Lei n.º 15.961, de 30 de dezembro de 2005 – anexo VII.3.3, correspondente ao valor de R\$ 1.220,00 ( um mil e duzentos e vinte reais )

4.4. Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais, conforme disposto no artigo da Lei 15.961/2005.

4.5. Local de Trabalho: o exercício funcional do candidato aprovado, classificado, nomeado e investido nos cargos de Técnico de Gestão, Proteção e Restauo e Analista de Gestão, Proteção e Restauo dar-se-á na sede do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, situado no município de Belo Horizonte – MG.

4.6. Regime Jurídico: o Regime Jurídico de trabalho será o Estatutário, em conformidade com as normas contidas na Lei n.º 869, de 5 de julho de 1952 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais - e demais textos legais aplicáveis à matéria.

4.7. Regime de Previdência: Regime de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais instituído pela Lei Complementar n.º 64, de 25 de março de 2002.

## **5. REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO**

5.1. O candidato aprovado no processo seletivo de que trata este Edital será investido no cargo, se atendidas as seguintes exigências:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado e, no caso de nacionalidade portuguesa, que esteja amparado pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo de direitos políticos, na forma do art. 13 do Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972;

b) gozar dos direitos políticos;

c) estar em dia com as obrigações eleitorais;

d) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, se do sexo masculino;

e) ter 18 anos completos até a data da posse;

f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, a ser aferida em perícia médica oficial, realizada por unidade pericial competente, nos termos da legislação vigente;

g) possuir comprovante de conclusão do nível de escolaridade exigido para o cargo, conforme estabelecido no item 3 deste Edital;



h) não ter sido demitido a bem do serviço público;

i) apresentar os documentos relacionados no subitem 13.2, deste Edital.

5.2. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item anterior (4.1) impedirá a posse do candidato, exceto o disposto na alínea “d” do item 12.2, deste Edital.

## 6. INSCRIÇÕES

6.1. Disposições Gerais:

6.1.1 A inscrição do candidato implicará conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

6.1.2 Declarações falsas ou inexatas constantes do requerimento de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

6.1.3 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória ou condicional.

6.2. As inscrições serão realizadas somente via *Internet*, no site [www.conesul.org](http://www.conesul.org), no período da zero hora do dia **05/04/2006** às vinte e quatro horas do dia **20/04/2006**.

6.3. As inscrições serão realizadas mediante pagamento de taxa, nos seguintes valores:

<b>CARGOS</b>	<b>TAXA</b>
Técnico de Gestão, Proteção e Restauro	R\$ 20,00
Analista de Gestão, Proteção e Restauro	R\$ 30,00

6.4. O IEPHA/MG e a Conesul não se responsabilizam pelas inscrições realizadas através da *Internet* que não forem recebidas por motivos de ordem técnica alheias a sua atuação, tais como falhas de telecomunicações, falhas nos computadores nos provedores de acesso e quaisquer outros fatores exógenos que impossibilitem a correta transferência dos dados dos candidatos para a Organizadora do Concurso..

6.5. O candidato, após preencher o formulário de inscrição, deverá imprimir o boleto bancário e com ele efetuar o pagamento da taxa de inscrição, até a data de vencimento do boleto, em qualquer agência bancária, exceto em agências lotéricas e terminais eletrônicos. Caso o candidato extravie o boleto, poderá imprimir a 2ª via no site [www.conesul.org](http://www.conesul.org).

6.6. O candidato terá sua inscrição validada somente após o recebimento, pela Conesul, da confirmação do pagamento bancário de sua taxa de inscrição;



6.7. Não haverá restituição da Taxa de Inscrição, exceto no caso previsto na Lei Estadual n.º 13.801, de 26 de dezembro de 2000, que dispõe sobre essa matéria.

6.8. O comprovante de pagamento da inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado, juntamente com documento de identificação, no local de realização das provas.

6.9. Não serão aceitas inscrições por via postal, por fac-símile, e/ou por outra forma que não a estabelecida neste Edital.

6.10. Depois de efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de cargo.

6.11. Serão canceladas as inscrições pagas com cheques sem provisão de fundos.

6.12. A Conesul enviará ao candidato, pelos Correios ou para para o endereço eletrônico informado no Requerimento de Inscrição, Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI), que conterá a indicação da data, horário e local de realização das provas, informação que será também disponibilizada no site [www.conesul.org](http://www.conesul.org)

6.13. Em caso de não recebimento do Comprovante Definitivo de Inscrição, até 5 (cinco) dias úteis antes da data programada para a realização das provas, o candidato deverá entrar em contato com a Conesul, para as devidas orientações, pelo telefone (51) 3320.5205 ou pelo e-mail: [conesul@conesul.org](mailto:conesul@conesul.org)

6.14. É obrigação do candidato conferir, no Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI), o nome, o número do documento utilizado na inscrição, a sigla do órgão expedidor e o cargo a que concorrerá.

6.15. Qualquer erro ocorrido no campo “Cargo” deverá ser comunicado à Conesul, imediatamente após o recebimento do Comprovante Definitivo de Inscrição, para a devida correção, que será procedida somente na hipótese de o dado expresso pelo candidato em seu Requerimento de Inscrição ter sido transcrito erroneamente pela Conesul.

6.16. Eventuais erros ocorridos no nome do candidato, no número do Documento de Identidade utilizado na inscrição ou na sigla do órgão expedidor serão anotados pelo Aplicador de Provas, no dia, no horário e no local de realização das provas e constarão no Relatório de Ocorrências.

## **7. ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

7.1. O candidato desempregado, como tal considerado na forma da Lei n.º 13.392, de 7 de dezembro de 1999, poderá requerer, em formulário próprio disponível no sítio eletrônico [www.conesul.org](http://www.conesul.org), a isenção do pagamento da taxa de inscrição, mediante declaração de que não se encontra em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada e que não possui renda de qualquer natureza, exceto a proveniente de seguro-desemprego.



7.2. A condição de desempregado será comprovada mediante a apresentação, no ato da solicitação de isenção, de cópia autenticada em Cartório das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - que contenham a foto do candidato, a qualificação civil da qual não haja anotação de relação de emprego ou do último contrato de trabalho do candidato, bem como da primeira página subsequente, em branco, ou com a correspondente data de saída anotada do último contrato de trabalho, ou por meio de documento idôneo que comprove que o candidato, anteriormente à inscrição no Concurso Público objeto deste Edital:

- a) não teve vínculo empregatício registrado em CTPS;
- b) teve extinto vínculo empregatício registrado em CTPS;
- c) teve extinto vínculo estatutário com o Poder Público, por meio de certidão expedida por órgão ou entidade competente, em papel timbrado, com identificação e assinatura legível da autoridade emissora do documento;
- d) encerrou o exercício de atividade legalmente reconhecida como autônoma, por meio de certidão conferindo a baixa da atividade.

7.3. O candidato que se encontrar na condição especificada na alínea “a” do item 7.2 deverá apresentar declaração na qual informará não auferir nenhum tipo de renda, sob pena de incorrer em crime de falsidade ideológica nos termos da Lei.

7.4. Os documentos discriminados nos itens 6.1 e 6.2, ou 6.3, quando for o caso, deverão ser enviados, via SEDEX, para o Conesul, na Av. Cel. Aparício Borges, 2664 – Glória - Porto Alegre (RS), CEP 90680-570, impreterivelmente nos dias 5 e 6 de abril de 2006. A comprovação da tempestividade da solicitação será feita pela data da postagem.

7.5. A solicitação postada por Sedex, conforme disposto no item 7.4, refere-se a um único candidato e a um único cargo.

7.6. A documentação comprobatória da condição de desempregado será analisada pelo Conesul e encaminhada ao IEPHA/MG que decidirá sobre a isenção da taxa de inscrição.

7.7. O resultado da análise da documentação apresentada para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgado até o dia 18 de abril de 2006, no sítio eletrônico [www.conesul.org](http://www.conesul.org).

7.8. O candidato que tiver sua solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferida poderá efetuar sua inscrição conforme disposto nos itens 6.2e 6.3.

7.9. O candidato cuja solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição for deferida informará essa condição em campo próprio do Requerimento de Inscrição na internet.

## **8. INSCRIÇÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA**



8.1. O candidato que se julgar amparado pela Lei n.º 11.867, de 28 de julho de 1995, poderá concorrer às vagas reservadas ao portador de deficiência deste Edital, fazendo essa opção no Requerimento de Inscrição, disponível no endereço eletrônico [www.conesul.org](http://www.conesul.org)

8.2 Os candidatos com deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere a conteúdo, avaliação e horário de realização das provas.

8.3 Os candidatos com deficiência deverão declarar essa condição quando da inscrição, especificando a deficiência da qual são portadores.

8.4. Os candidatos com deficiência que precisarem de condições específicas para a realização da Prova de Conhecimentos deverão indicar essas necessidades, por ocasião da inscrição.

8.5. Os candidatos com deficiência deverão obrigatoriamente postar, até 03 (três) dias após o término do período de inscrições, laudo médico atestando o tipo e o grau ou nível de sua deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência, via SEDEX ou correspondência registrada – AR, à Fundação Conesul de Desenvolvimento, localizada na Rua Cel. Aparício Borges, nº 2664 - Glória - Porto Alegre (RS), CEP 90680-570.

8.6. As vagas reservadas aos candidatos com deficiência que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação ou eliminação do Concurso Público, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

## **9. PROVAS**

9.1. As provas deste concurso serão aplicadas em Belo Horizonte- MG, no dia 4 de junho de 2006, em horário a ser oportunamente informado conforme item 6.12 deste edital.

9.2. O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de trinta minutos do horário fixado para o fechamento dos portões de acesso aos locais das provas, considerando o horário oficial de Brasília, munido de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação e o Comprovante Definitivo de Inscrição.

9.3. Em hipótese alguma será permitido:

a) o candidato prestar prova sem que esteja portando um Documento Oficial de Identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura;

b) o candidato prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado;

c) o ingresso de candidato nos locais de provas, após o fechamento dos portões;

d) o candidato prestar prova fora da data, do horário estabelecido ou do espaço físico predeterminados e informados no CDI;





e) o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao certame, em qualquer dos estabelecimentos onde se farão provas, durante a realização delas.

9.4. No caso de perda ou roubo do Documento de Identidade, o candidato poderá apresentar outro documento de identificação equivalente, conforme item 9.3.a e, ainda, ser submetido à identificação especial que compreende a coleta de assinatura e impressão digital em formulário próprio.

9.5. Serão considerados Documentos de Identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional - Ordens, Conselhos e outros; passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo novo, com foto).

9.6. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, a fim de permitirem, com clareza, a identificação do candidato e deverão conter, obrigatoriamente, filiação, fotografia e data de nascimento.

9.7. Não serão aceitos documentos de identidade com prazo de validade vencido, ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

9.8. O candidato poderá ser submetido a detector de metais durante a realização das provas e, caso seja necessário, submetido, também, à identificação por meio de impressão digital coletada no local.

9.9. Não haverá segunda chamada para a prova, realizada em etapa única, deste Concurso, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do processo.

9.10. Em hipótese alguma haverá prorrogação do tempo de duração das provas em razão de afastamento do candidato da sala de provas.

9.11. Após ser identificado e instalado em seu local de prova, enquanto aguarda o início das provas, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura.

9.12. Após identificado e instalado, o candidato somente poderá ausentar-se da sala acompanhado de um Fiscal de Aplicação de Provas.

9.13. O candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença, de acordo com aquela constante do seu documento de identidade.

9.14. A inviolabilidade das provas será comprovada no momento de rompimento do lacre dos malotes, mediante termo formal e na presença de, no mínimo, dois candidatos, nos locais de realização das provas.

9.15. Durante o período de provas não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, ainda, o uso de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, bem como o porte de calculadora, relógio digital, agenda eletrônica, pagers, gravador, telefone celular,



beep, walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico transmissor ou receptor.

9.16. O candidato que, durante a realização das provas, for encontrado portando qualquer um dos objetos especificados no item 9.15 deste Edital, mesmo que desligado, será automaticamente eliminado do Concurso.

9.17. É vedado o ingresso de candidato, portando arma nos locais de realização de prova.

9.18. Será, também, eliminado do Concurso o candidato que incorrer nas seguintes situações:

- a) deixar o local de realização da prova sem a devida autorização;
- b) tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes;
- c) proceder de forma a tumultuar a realização das provas;
- d) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- e) estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio;
- f) deixar de atender às normas contidas no Caderno de Prova e demais orientações expedidas pela Conesul.

9.19. Somente serão permitidos assinalamentos na Folha de Respostas feitos pelo próprio candidato, com caneta esferográfica tinta azul ou preta, vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros.

9.20. O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar sua Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização de leitura óptica dela.

9.21. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

9.22. Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala sua folha de respostas assinada.

9.23. A prova terá a duração de 4 (quatro) horas, para todos os cargos de que trata este Edital, incluído o tempo de marcação na Folha de Respostas.

9.24. O candidato somente poderá deixar o local de exame, 60 (sessenta) minutos após o início das provas.

9.25. As instruções constantes na Folha de Respostas e no Caderno de Provas complementam este Edital e deverão ser seguidas pelo candidato.

## 10. TIPOS DE PROVAS, PROCESSO DE APROVAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

10.1. Este concurso constará de prova de múltipla escolha, de caráter seletivo, eliminatório e classificatório e obedecerão às características especificadas neste ítem:

CARGO	ESCOLARIDADE	DISCIPLINAS	Nº DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO TOTAL MÍNIMA
<b>TÉCNICO DE GESTÃO, PROTEÇÃO E RESTAURO</b>	ENSINO MÉDIO	LÍNGUA PORTUGUESA	20	<b>60%</b>
		NOÇÕES DE INFORMÁTICA	15	
		CONHECIMENTOS GERAIS	15	
	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO	LÍNGUA PORTUGUESA	10	<b>60 %</b>
		NOÇÕES DE INFORMÁTICA	10	
		CONHECIMENTOS GERAIS	10	
		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	20	
<b>ANALISTA DE GESTÃO, PROTEÇÃO E RESTAURO</b>	SUPERIOR	LÍNGUA PORTUGUESA	20	<b>60 %</b>
		NOÇÕES DE INFORMÁTICA	10	
		CONHECIMENTOS GERAIS	10	
		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	20	

10.2. Serão considerados eliminados do concurso de que trata este edital os candidatos que não obtiverem 60% (sessenta por cento) do somatório das disciplinas constantes do quadro acima.

10.3. Serão considerados eliminados do concurso de que trata este edital os candidatos que obtiverem nota zero em qualquer uma das disciplinas constantes do quadro acima.

10.4. O conteúdo programático e a bibliografia sugerida para a prova comum à todas as áreas de conhecimento são os constantes do Anexo I, deste Edital.



10.5. A diferença entre os dois níveis de escolaridade (médio e superior) se fará com base no nível de dificuldade das questões.

10.6. Havendo empate na totalização dos pontos das provas, terá preferência o candidato que:

10.6.1. Para o cargo de Técnico de Gestão, Proteção e Restauro – Ensino Médio

- a) tiver obtido o maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;
- b) tiver obtido o maior número de pontos na prova de Noções de Informática;
- c) tiver obtido o maior número de pontos na prova de Conhecimento Gerais;
- d) persistindo o empate, o candidato que for, comprovadamente, o mais idoso

10.6.2. Para o cargo de Técnico de Gestão, Proteção e Restauro – Educação Profissional

- a) tiver obtido o maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) tiver obtido o maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;
- c) tiver obtido o maior número de pontos na prova de Noções de Informática;
- d) tiver obtido o maior número de pontos na prova de Conhecimento Gerais;
- e) persistindo o empate, o candidato que for, comprovadamente, o mais idoso

10.6.3. Para o cargo de Analista de Gestão, Proteção e Restauro, sucessivamente,

- a) tiver obtido o maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) tiver obtido o maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;
- c) tiver obtido o maior número de pontos na prova de Noções de Informática;
- d) tiver obtido o maior número de pontos na prova de Conhecimento Gerais;
- e) persistindo o empate, o candidato que for, comprovadamente, o mais idoso

10.7. No resultado final, os candidatos aprovados e classificados constarão de listagem na ordem decrescente do total de pontos obtidos na Prova.

10.7.1. Os candidatos inscritos como portadores de deficiência, aprovados e classificados, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em separado.



10.8. O resultado final do Concurso será publicado no Órgão Oficial dos Poderes do Estado - MINAS GERAIS - e disponibilizado, em ordem de classificação e em ordem alfabética, para consulta dos candidatos no endereço eletrônico [www.conesul.org](http://www.conesul.org).

## **11. RECURSOS**

11.1. Caberá interposição de recursos, fundamentados perante a Conesul, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto do recurso, no Órgão Oficial dos Poderes do Estado - MINAS GERAIS:

- a) contra questão da Prova e Gabarito Oficial correspondente;
- b) contra erros no resultado da Prova, desde que se refira a erro de cálculo das notas.

11.2. Os recursos deverão ser apresentados dentro do prazo estabelecido, de forma legível, seguindo o modelo do Anexo II deste Edital.

11.3 Não serão aceitos recursos enviados por via postal, fac-símile ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

11.4 Serão indeferidos os recursos que não atenderem aos dispositivos aqui estabelecidos.

11.5. O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

11.6 Após o julgamento dos recursos sobre gabaritos e questões objetivas, os pontos correspondentes às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente e eventuais alterações no gabarito preliminar serão divulgadas conforme item 15.1.1.

11.7. A decisão relativa ao recurso será publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado - MINAS GERAIS - e as respostas fundamentadas ficarão disponíveis para os candidatos na Conesul até a data da homologação deste Concurso.

11.8. Para contagem do prazo de interposição de recursos, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o dia do vencimento, desde que coincida com dia de funcionamento normal da Conesul. Caso contrário – ou seja, se não houver expediente normal da Conesul-, o período previsto, será prorrogado para o primeiro dia seguinte de funcionamento normal dessa Fundação.

11.9 A Comissão Examinadora da Fundação Conesul de Desenvolvimento é a última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

## **12. HOMOLOGAÇÃO**

12.1. O resultado final deste Concurso Público, regulamentado pelo presente Edital será homologado pelo Presidente do IEPHA.



### **13. DA NOMEAÇÃO/POSSE/EXERCÍCIO**

13.1. O candidato aprovado e classificado até o limite das vagas especificadas no item 2.1 deste Edital será nomeado, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

13.1.2. O candidato portador de deficiência, aprovado, será nomeado observada a sua classificação, considerando-se que entre cada 10 (dez) nomeações uma será destinada a candidato portador de deficiência, até serem completadas as vagas a ele reservadas, durante o prazo de validade do concurso.

13.2. O candidato nomeado neste concurso será empossado no cargo, se atendidos os requisitos de investidura, relacionados no item 5 deste Edital e apresentar, obrigatoriamente, cópia xerografada simples, acompanhada do respectivo original, dos seguintes documentos:

- a) Documento de Identidade reconhecido em território nacional.
- b) Título de Eleitor e comprovante(s) de votação na última eleição.
- c) Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- d) Cartão de Cadastramento PIS/PASEP.
- e) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino.
- f) Comprovante de Residência.
- g) Declaração, de próprio punho, de que não tenha sido demitido anteriormente, a bem do serviço público.
- h) Resultado do Laudo Médico Pericial (REM) emitido pelo Serviço Pericial Oficial do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, em que se conclua pela aptidão para o ingresso no serviço público.
- i) Caracterização de Deficiência (CADE), emitido pelo serviço Pericial Oficial do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, no caso de indivíduos aprovados em Concurso Público nos termos da Lei nº11.867, de 28 de julho de 1995.
- j) Diploma registrado ou registro profissional ou histórico escolar acompanhado do Certificado de Conclusão de curso, conforme requisitos do cargo.
- k) Declaração de bens e valores que integram o patrimônio ou cópia da última declaração de Imposto de Renda – IR.
- l) Declaração do candidato, em formulário específico, em que esclareça, se exerce, ou não, outro cargo, emprego ou função pública federal, estadual e municipal.
- m) Certidão de Casamento, quando for o caso.
- n) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso.



o) Outros documentos que se fizerem necessários à época da posse, se solicitados pelo IEPHA/ MG.

13.3. A nomeação dar-se-á em consonância com a necessidade de reposição de servidores do quadro de pessoal do IEPHA/MG, observado o prazo de validade deste Concurso.

13.4. Estará impedido de tomar posse o candidato que deixar de apresentar qualquer um dos documentos especificados no item 13.2, exceto o mencionado na alínea "d", bem como deixar de comprovar qualquer um dos requisitos para investidura no cargo estabelecidas no item 5, deste Edital.

13.5. O exame médico pré-admissional, que antecederá a posse do candidato nomeado, será realizado nos termos do item 14 deste Edital.

13.6. O candidato nomeado apresentar-se-á para posse e exercício, às suas expensas.

13.7. Será anulado o ato de nomeação do candidato que deixar de apresentar qualquer documento exigido para a posse, sem prejuízo de sanções penais cabíveis.

13.8. A posse verificar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da nomeação no Minas Gerais, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante solicitação escrita e fundamentada do interessado e despacho da autoridade competente para dar posse.

#### **14. EXAMES MÉDICOS PRÉ-ADMISSIONAIS**

14.1. O candidato nomeado deverá se submeter a exames médicos pré-admissionais sob a responsabilidade do Serviço Pericial Oficial do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, que concluirá quanto a sua aptidão física e mental para o exercício do cargo, nos termos do art. 2º do Decreto nº. 43.657, de 21 de novembro de 2003.

14.2. Na realização dos exames médicos pré-admissionais, o candidato deverá apresentar:

I - Formulário oficial da Perícia Médica devidamente preenchido.

II- Comprovante de nomeação (cópia do ato de nomeação publicado no Órgão Oficial dos Poderes do Estado).

III- Documento Oficial de Identificação.

IV- Resultado dos seguintes exames complementares, a serem realizados às expensas do candidato:

- a) hemograma completo;
- b) contagem de plaquetas;
- c) glicemia de jejum; e
- d) urina rotina.



14.3. Na inspeção médica, poderão, a critério clínico, ser exigidos novos exames e testes complementares que se julguem necessários para a conclusão do exame médico pré-admissional.

14.4. Paralelamente à realização do exame médico pré-admissional, o candidato portador de deficiência deverá ser avaliado por Junta Médica Oficial, a ser designada pelo serviço Pericial Oficial do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, que decidirá, de forma terminativa, sobre a caracterização do candidato como portador de deficiência.

14.5. O candidato que não tiver caracterizada, pela Junta Médica especificada no item 13.4, a deficiência declarada, nos termos do artigo 4º do Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, terá o ato de nomeação anulado e retornará para a lista geral, de ampla concorrência.

14.6. O candidato cuja deficiência não tenha sido julgada compatível com as atribuições do cargo, definidas no item 4, será considerado inapto.

14.7. O candidato considerado inapto no exame médico pré-admissional estará impedido de tomar posse e terá anulado seu ato de nomeação.

## **15. DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. Todas as publicações oficiais referentes ao concurso público de que trata este Edital serão feitas no Órgão Oficial dos Poderes do Estado - MINAS GERAIS.

15.1.1. A divulgação de todas as etapas, resultados e demais comunicações referente a este concurso se dará na gama de divulgação eletrônica pelo endereço [www.conesul.org](http://www.conesul.org)  
Fundação Conesul de Desenvolvimento.

15.2. Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não-cumprimento e para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.

15.3. É de responsabilidade do candidato, após a homologação e durante o prazo de validade deste Concurso Público, manter atualizado seu endereço junto à IEPHA/MG, Departamento de Recursos Humanos, na Praça da Liberdade snº, telefone (31) 3213.6000.

15.4. Não serão fornecidas provas relativas a concursos anteriores.

15.5. Não serão fornecidos atestados, cópia de documentos, certificados ou certidões relativos a notas de candidatos reprovados;

15.6. O IEPHA/MG e a Conesul não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outros materiais impressos ou digitais referentes às matérias deste Concurso, bem como por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste Edital.

15.7. Integram o presente Edital os Anexos:





I: Conteúdos Programáticos e Sugestões Bibliográficas;  
II: Modelo de recurso.

15.8. Informações a respeito deste Concurso poderão ser obtidas no endereço eletrônico [www.conesul.org](http://www.conesul.org) ou pelo telefone 021(51)3320.5205.

15.9. Incorporar-se-ão ao presente Edital, para todos os efeitos, quaisquer Editais Complementares, Avisos e Convocações, relativos a este Concurso, que vierem a ser publicados pelo IEPHA/MG, no Órgão Oficial dos Poderes do Estado - MINAS GERAIS, bem como, as instruções contidas no Requerimento de Inscrição e no Cartão Definitivo de Inscrição.

15.10. Este Concurso Público será coordenado pela Comissão de Concurso instituída pela Portaria IEPHA/MG n.º 027/05, publicada em 14 de outubro de 2005, com a supervisão da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

15.11. As despesas decorrentes da participação em todas as etapas e procedimentos do concurso de que trata este Edital correrão por conta dos candidatos, que não terão qualquer direito ao ressarcimento de despesas de qualquer natureza.

15.11.1. Na eventualidade da anulação ou não realização das provas, nas datas e/ou locais previstos, não caberá, por qualquer motivo, ressarcimento de qualquer custo ao candidato, devendo as provas serem aplicadas em outra data/local.

15.12. A aprovação neste Concurso assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Administração, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do Concurso.

15.13. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito para obter aprovação própria ou de terceiros, suas provas serão anuladas e o candidato será, automaticamente, eliminado do concurso.

15.14. Por razões de ordem técnica e de segurança, a Conesul não poderá fornecer, previamente à realização deste Concurso, nenhum exemplar ou cópia dos Cadernos de Provas, bem como dos Gabaritos Oficiais do presente Concurso ou de concursos anteriores a candidatos, autoridades ou instituições de direito público ou privado.

15.15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do IEPHA/MG, ouvido, se necessário, o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão.

15.16. É da inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pelo Órgão Oficial dos Poderes do Estado – MINAS GERAIS, a publicação de todos os atos e editais referentes a este processo seletivo.

Belo Horizonte, 30 de março de 2006.



## ANEXO I

### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E BIBLIOGRAFIAS PARA OS CARGOS DE TÉCNICO DE GESTÃO, PROTEÇÃO E RESTAURO E ANALISTA DE GESTÃO, PROTEÇÃO E RESTAURO.

#### PARA OS TODOS OS CARGOS/AREA DE CONHECIMENTO DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

**LINGUA PORTUGUESA:** Estudo de texto; Conhecimento da língua; ortografia e acentuação; pontuação; formação de palavras; emprego de nome; emprego de pronome; emprego de tempos e modos verbais; regência verbal e nominal: aspectos gerais e casos particulares; concordância verbal e nominal: aspectos gerais e casos particulares; construção ativa e construção passiva; estrutura do período e da oração: aspectos sintáticos e semânticos; principais figuras de linguagem: caracterização e uso; variação linguística: as diversas modalidades do uso da língua.

#### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:**

BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela análise sintática*. 16 ed, Rio de Janeiro: Lucema, 2001.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucema, 2001.

CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. *Gramática da Língua Portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Seipione, 2003.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática de Português Contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA:** Componentes dos sistemas computacionais: memória; funções; tipo de memória; Unidade Central de Processamento; principais funções; unidades de entrada e saída. Sistema Operacional Microsoft Windows: configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle); organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (copiar, mover, excluir e renomear). Editor de Textos Microsoft Word: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras. Planilha Eletrônica Microsoft Excel: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; classificação e organização de dados; criação e manipulação de tabelas. Software de Apresentação Microsoft PowerPoint: criação, edição, formatação e impressão; utilização de imagens, figuras e gráficos; configuração, personalização e animação. Internet: conceitos e arquitetura; configuração de ferramentas de manipulação de mensagens eletrônicas (Microsoft Outlook Express); utilização dos recursos WWW a partir dos Web Browsers Internet Explorer; produção, manipulação e organização de mensagens eletrônicas (e-mail).

#### BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BORGES, L.; NEGRINI, F. Word 2003 - Básico e Detalhado. Santa Catarina: Visual Books Editora, 2005.  
BRAGA, W. Power Point 2003 - IT Educacional . Rio de Janeiro: Alta Books, 2004  
FRAGA, S. Windows XP - básico e detalhado. Santa Catarina: Visual Books Editora, 2002.  
MUELLER, J. P. Aprenda Microsoft Windows XP em 21 dias. Pearson Education, 2004.  
NAT, G. Guia incrível do Microsoft Power Point 97. São Paulo: Makron Books, 1998.  
OGLETREE, T. W. Dominando o Windows XP. Pearson Education, 2004.  
RAMALHO, J.A.A. Word 97. São Paulo: Makron Books, 1998.  
SANTOS JÚNIOR, M.J.F. Excel 97: passo a passo. São Paulo: Terra, 1997.  
TORTELLO, J. E. N. Explorando a Internet. São Paulo: Makron Books, 1995.  
TORTELLO, J.E.N. Explorando a Internet. São Paulo: Makron Books, 1995.  
VELLOSO, F. C. Informática: conceitos básicos. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 1999.  
VERRONE, A. Criando Planilhas Profissionais com Excel 2. Ed. Santa Catarina: Visual Books Editora, 2005.

**CONHECIMENTO GERAIS:** Capítulos das Constituições Federal e Estadual que tratam da administração pública e da organização do estado. Administração Pública: noções gerais (ato administrativo, contrato administrativo, licitação pública). Agentes Públicos: agentes públicos e agentes administrativos, investidura, direitos e deveres, aposentadoria, proventos e pensão.

Legislação relativa ao patrimônio cultural: Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Decreto Lei nº 3365, de 21 de julho de 1941, Decreto Lei nº 3866, de 29 de novembro de 1941, Lei nº 3924, de 26 de julho de 1961, Lei nº 4845, de 19 de novembro de 1965, Lei nº 5.775, de 30 de setembro de 1971, Lei nº 6292, de 15 de dezembro de 1975, Decreto nº 84198, de 13 de novembro de 1979, Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979, Lei nº 11.258 de 28 de outubro de 1993, Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000, Lei Delegada nº 81 de 29 de janeiro de 2003 e Decreto nº 43.513 de 11 de agosto de 2003

#### BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:



DI PIETRO, Maria Silvia Zanella, Direito Administrativo, 18 ed. São Paulo, Atlas, 2005.

FARIA, Edimur Ferreira de, Curso de Direito Administrativo positivo, 5 ed. Belo Horizonte, Del Rey, 2004. LACOMBE, Francisco, HEILBORN, Gilberto. Administração: Aplicação e Resultados nas empresas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2004, Cap. 3.

LEMOS, Carlos A .C. “O que é patrimônio histórico”. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000 (Col. ‘Primeiros Passos”, vol.51).

Constituição Federal/1988, Cap.VII da Administração Pública, Título III da Organização do estado, Seção I e II; Cap. II das Finanças Públicas, Título VI; Disposições Gerais; e respectivas leis complementares e Emendas Constitucionais.

Constituição estadual/1989, cap. Referente a Administração Pública e à Organização do estado, e respectivas leis complementares e Emendas Constitucionais.

Lei Complementar nº 101/2000 (Responsabilidade Fiscal). Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado PMDI – Plano Plurianual de Ação Governamental –PPAG (Lei nº 15.033 de 20/01/2004 e programa GERAES do Governo de Minas Gerais.

## **Conhecimento Específicos**

### **1. Técnico de Gestão, Proteção e Restauro –Técnico em Contabilidade**

**Contabilidade:** conceito, aplicação, finalidades, usuário; orçamento público: princípios orçamentários, receita e despesa públicas, créditos adicionais, créditos especiais e extraordinários; projeto de lei orçamentária; licitações e contrato; contabilidade pública: definições e particularidades; contas e plano de Contas: conceito, classificação, função; balanços públicos: composição e conteúdo, balanço financeiro, balanço patrimonial, balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais; processo de prestação de contas; controle interno e controle externo; Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Curso Básico de Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1998.

FRANCO, Hilário. Contabilidade geral. 23. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública. Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Lino Martins. Contabilidade Governamental. Um enfoque administrativo. São Paulo: Atlas, 2003.

### **2. Técnico de Gestão, Proteção e Restauro –Técnico em Informática**

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA:** Sistema Operacional Microsoft Windows: configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle); organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (copiar, mover, excluir e renomear); mapeamento de unidades de rede. Editor de textos Microsoft Word: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de documentos HTML; geração de mala direta; criação de campos. Planilha Eletrônica Microsoft Excel: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; formatação condicional; geração de gráficos; importação e exportação de dados; classificação e organização de dados; criação e manipulação de

tabelas e gráficos dinâmicos. Software de Apresentação Microsoft PowerPoint: criação, edição, formatação e impressão; utilização de imagens, figuras e gráficos; configuração, personalização e animação. Software de Gerência de Projeto Microsoft Project: criação e manutenção de projetos; formatações, configurações e simulações para análise de projetos; relatórios e impressão. Programação: algoritmos e linguagens de programação; estruturas de dados em memória principal e secundária; algoritmos de manipulação de estruturas em memória principal e secundária; conceitos de programação orientada a objetos. Desenvolvimento de Software: aspectos técnicos do desenvolvimento de sistemas; aspectos gerenciais do desenvolvimento de sistemas. Banco de Dados: conceitos e fundamentos; modelos conceituais, modelos lógicos e modelos físicos; aspectos operacionais de sistemas de bancos de dados; My SQL; Access; Visual Básic. Web: . conceitos e fundamentos; tecnologias de suporte (por exemplo, XML, HTML, HTTP, ASP, JSP)

#### BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAMARÃO, Carlos, FIGUEIREDO, Lucília. Programação de Computadores em Java. Ed. LTC, 2003.

FARRER, Harry, et. al. Algoritmos estruturados. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

GUIMARÃES, Angelo de Moura, LAGES, Newton Alberto. Algoritmos e Estruturas de Dados, ed. LTC, 1994.

GUIMARÃES, Ângelo de Moura, LAGES, Newton Alberto. Algoritmos e Estruturas de Dados, ed. LTC, 1994.

HEIDER, A. Guia do professor para a Internet: completo e fácil. Porto Alegre: Artmed, 2000.

NAT, G. Guia incrível do Microsoft Power Point 97. São Paulo: Makron Books, 1998.

OLIVEIRA, G.B. MS Project & Gestão de Projetos. São Paulo: Makron Books, 2005.

PAULA FILHO, Wilson de Pádua. Engenharia de Software: fundamentos, métodos e padrões. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

PERRY, G.M. Aprenda em 24 horas Windows 98. Rio de Janeiro: Campus: 1998.

RAMALHO, J.A.A. Word 97. São Paulo: Makron Books, 1998.

SANTOS JÚNIOR, M.J.F. Excel 97: passo a passo. São Paulo: Terra, 1997.

TORTELLO, J.E.N. Explorando a Internet. São Paulo: Makron Books, 1995.

ZIVIANI, Nivio. Projeto de algoritmos. São Paulo: Pioneira, 1993.

Manuais de produtos (JAVA/J2EE, PHP, ASP, ORACLE, MYSQL)

### 3. Técnico de Gestão, Proteção e Restauo – Desenhista

Meios de expressão e representação gráfica de projetos: Croqui, Desenho Técnico, Técnicas de grafite e computador aplicado ao desenho (auto-cad), Simulação Real (bidimensional e tridimensional). Materiais e equipamentos para levantamento de campo e desenho técnico. Legislações e Normas vigentes destinados à construção civil no campo da arquitetura e afins, (LUOS, Código de Obras de B.Hte., Normas Técnicas ABNT). Formatação dos desenhos, escalas, simbologia gráfica. Dimensionamento. Curvas e



concordância. Levantamento arquitetônico, reconhecimento, coleta de dados e representação de um espaço arquitetônico já construído. Utilização do método da mangueira de nível. Desenhos que compõem um projeto de arquitetura. Implantação no terreno, noções de topografia, perfis do terreno, cortes, seções. escadas e rampas. Diagrama e engradamento de cobertura, seus cortes e detalhes. Cotas totais, parciais e corridas. Detalhamento de projeto de arquitetura. Cálculos de áreas, volumes e perímetros. Conhecimento das simbologias e normas de desenho hidráulico (água e esgoto), elétrico, estrutural, prevenção e combate à incêndio. Noções sobre o Patrimônio Histórico e Cultural.

#### BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

PRENZEL, Rudolf – “Desenho e Técnica da Representação em Arquitetura”, Editora Gustavo Gili S.A

NEUFERT, Ernest – “Arte de Projetar em Arquitetura”, Editora Gustavo Gili S.A

MONTENEGRO, Gildo – “Desenho Arquitetônico”, Editora Edgard Blucher Ltda.

MONTENEGRO, Gildo – “A Perspectiva dos Profissionais”, São Paulo, Editora Edgard Blucher, 1993

KEMMERRICH, C. – “Detalhes Gráficos para Arquitetos”, Editora Gustavo Gili S.A

CHING, Frank – “Manual de Dibujo Arquitetônico”, Editora Gustavo Gili S.A

PANOFSKY, Erwin – “A Perspectiva Como Foram Simbólica”, Barcelona, Tusquets Editor, 1973

GIL, Robert W.– “Desenho de Perspectiva”, Portugal, Editorial Presença, 1974

FORSETH, Kevin – “Projetos em Arquitetura”, São Paulo, Hemus Editora Ltda

BORGES, Gladys de Mello – “Noções de Geometria Descritiva: teoria e Exercícios”, Porto Alegre, DC Luzzarato, 1990

DAY, RH. – “Psicologia da Percepção”, São Paulo, José Olympio, 1979

KATINSKY, Júlio Roberto – “Considerações Sobre Ensino de Desenho Técnico”, São Paulo, FAU/USP, 1992

MALARD, Maria Lúcia, RHODES, Philip e ROBERTS, Stebven – “O Processo de Projeto e o Computador, Realidade que Interagem Virtualmente”, I Congresso Internacional de Engenharia Gráfica nas Artes e no Desenho e 12º Simpósio Nacional de Geometria descritiva e Desenho Técnico, Florianópolis, 1996

#### **4. Técnico de Gestão, Proteção e Restauro – Técnico em edificações**

Materiais constitutivos. Identificação e natureza da alteração, avaliar as causas da deterioração. Introdução às causas de degradação. Técnicas de conservação preventiva e curativa. Métodos de documentação. Meios de expressão e representação gráfica de projetos. Materiais e equipamentos para levantamento de campo e desenho técnico. Legislações e Normas vigentes destinados à construção civil no campo da arquitetura e afins, Normas Técnicas ABNT). Formatação dos desenhos, escalas, simbologia gráfica. Dimensionamento.



Mecânica dos Solos. Tecnologia das Construções. Materiais de Construção. Execução e Fiscalização de Instalações Prediais. Manutenção Predial. Execução e Fiscalização de Elementos Estruturais de Concreto Armado. Desenho de projetos. Desenho auxiliado por computador (CAD). Instalações Sanitárias, Elétricas, hidráulicas e especiais. Orçamentos de obras comuns e especiais de restauração. Fiscalização e acompanhamento. Verificação de código de posturas e Legislação Urbana. Controle tecnológico da obra. Atividades laboratoriais com materiais de construção.

#### BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ASSED, José Alexandre e ASSED, Paulo Cezar. Construção civil – Metodologia Construtiva. [s.l.]: Livros Técnicos e Científicos. 1988;

BAUER, Falcão L. A. Materiais de Construção Vol. I e II, 5a Edição Revisada 2000 – Rio de Janeiro. LTC Editora. 1994;

CAPUTO, Homero Pinto em Mecânica dos Solos e suas aplicações Vols. I, II e III – Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos S/A, 1988;

CARDÃO, Celso. Técnica da construção. [s.l.]: Engenharia e Arquitetura, 1976;

CIMIRO, R. Planejar para Construir. São Paulo, Pini, 1987;

CREDER, Hélio Instalações Elétricas – Rio de Janeiro- LTC Editora – 1991;

CREDER, Hélio em Instalações Hidráulicas e Sanitárias – Rio de Janeiro. LTC Editora – 1991;

DIAS, Paulo Roberto V. Uma Metodologia para Orçamentação de Obras Civis. Hoffmann, Rio de Janeiro, 2001;

DIAS, Paulo Roberto V. Apostila de Planejamento de Obras, 2002;

GIAMMUSSO, Salvador E. Orçamento e Custos na Construção Civil. São Paulo, Pini, 1996;

GUEDES, Milber – Caderno de Encargos, PINI;

Manual de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho Editora – ATLAS AS. 2001;

PFEIL, Walter. Estruturas de madeira. 4 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1985. 295 p;

RIPPER, E. Como evitar erros na construção. 3. ed. São Paulo: Pini.

VIEIRA NETTO. Como Gerenciar Construções. 1.ed. São Paulo: Pini, 1996;

SOUZA, R. e Mekbekian G. Qualidade na Aquisição de Materiais e Execução de Obras. São Paulo, Pini, 1999;

STABILE, Miguel. CUSTOS NA CONSTRUÇÃO, – 1996;

TCPO – Tabela de Composições de Preços para Orçamentos. São Paulo, Pini, 2000;

TIMOSHENKO Resistência dos Materiais Vols. I e II – LTC Editora – 1977;

Lei 8666/93 – Lei das Licitações.



BALDAN, Roquemar de Lima. Autocad 2006: utilizando totalmente – São Paulo – Érica – 2005;

MOLITERNO, Antonio. Caderno de Projetos de Telhados em Estruturas de Madeira - São Paulo - Editora Edgard Blucher - 1984;

## **5. Técnico de Gestão, Proteção e Restauro – Técnico em eletricidade**

Instalações elétricas em baixa tensão: Sistema de subestações industriais; Queda de tensão; Sistemas de aterramento; Iluminação predial e industrial; Cabos elétricos isolados e nus; Fator de potência – Capacitores; Fatores de demanda, de carga, etc.; Dispositivos de Proteção; Aterramento; Simbologia utilizada em instalações elétricas; Proteção contra descargas atmosféricas; Dimensionamento de condutores e eletrodutos; Instalação de telefonia e dados; Instalações industriais de média tensão: Subestações industriais closed 15KV e 34,5KV; Proteção das subestações; Cabos elétricos de média tensão; Normas das concessionárias; Curto circuito; Legislação; Máquinas elétricas: Transformadores industriais; Motores de indução; Partida de motores; Regulação, Rendimento; Tarifação e faturamento das concessionárias: Tarifação Convencional; Tarifação Horo-Sazonal; Demanda medida, Demanda contratual, Demanda de Ultrapassagem, DMCR, Demanda Reativa Excedente; Consumo de Energia Ativa, Consumo Reativo Excedente, UFER. Informática: Noções de Desenho em meio eletrônico (Auto-Cad); Elaboração de Planilhas (EXCEL); Produção de Texto (WORD).

### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

CHRISTIE – Clarice V. – Elementos de Eletrotécnica. 1ª edição Porto Alegre, Globo, 1969;

CREDER, Hélio – Instalações Elétricas, 13ª edição, Rio de Janeiro e São Paulo, LTC Editora, 1995;

LIMA FILHO, Domingos Leite – Projetos de Instalações Elétricas Prediais. 4ª edição. São Paulo, Editora Érica, 1997;

LIWSCHITZ – GARIK, Michael – Máquinas de Corrente Alternada. 2ª edição, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico Ltda, 1958;

MAGALDI, Miguel – Noções de Eletrotécnica. 5ª edição – Rio de Janeiro. Editora Guanabara Dois, 1981;

MAMEDE FILHO – Instalações Elétricas Industriais. 5ª edição - Rio de Janeiro e São Paulo, LTC Editora, 1997;

NBR.5410 – Instalação Elétrica de Baixa Tensão - Procedimento ABNT Distribuição - Light – Serviços de Eletricidade S.A. Rio de Janeiro;

REGULAMENTAÇÃO PARA SUPRIMENTO DE CONSUMIDORES – Tensão Primária de Distribuição 13,8KV – Light Serviços de Eletricidade S.A. Rio de Janeiro;

Os manuais técnicos são considerados complementares à bibliografia sugerida;

## **6. Técnico de Gestão, Proteção e Restauro – Técnico em restauração**

Conservação e Restauração: Princípios fundamentais da Ética. Iniciação Científica da Restauração. Análise Crítica da Obra de Arte. Iconografia Religiosa. Teoria da restauração. Vivência Profissional. Conhecimento do bem cultural. integridade física.



Identificação de tipos de madeira. Tratamentos curativos e preventivos. Natureza da alteração. Noções de douramento, parquet e entalhe. Introdução às causas de degradação. Exposição e transporte dos bens culturais. Técnicas de conservação preventiva e curativa. Métodos de documentação. Introdução às leis e gestão.

Leitura dos meios de expressão e representação gráfica de projetos, Desenho Técnico. Materiais e equipamentos para levantamento de campo e desenho técnico. Legislações e Normas vigentes destinados à construção civil no campo da arquitetura, mobiliário e afins. Normas Técnicas ABNT). Formatação dos desenhos, escalas, simbologia gráfica. Dimensionamento. Noções sobre o Patrimônio Histórico e Cultural.

#### BIBLIOGRÁFIA SUGERIDA

MONTENEGRO, Gildo – “Desenho Arquitetônico”, Editora Edgard Blucher Ltda.

FORSETH, Kevin – “Projetos em Arquitetura”, São Paulo, Hemus Editora Ltda

BRANDI, Cesare. Teoria de la Restauración. Madri: Aliança Forma, 1989.

CANEVA, Giulia et al. Biology in Conservation. Roma: Iccrom, 1991.

UFMG. CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Belo Horizonte.2002

LEMONS, Carlos A .C. “O que é patrimônio histórico”. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000 (Col. ‘Primeiros Passos”, vol.51).

VASCONCELLOS, Sylvio C. de. Arquitetura no Brasil - sistemas construtivos. Belo Horizonte, Escola de Arquitetura UFMG, 1958;

#### **7. Analista de Gestão, Proteção e Restauo – Administrador**

Teoria Geral de Administração: principais correntes, ideias e principais críticas; Introdução à Teoria Geral da Administração: antecedentes históricos da Administração; Administração: história e teorias contemporâneas; Administração Moderna; desafios da administração moderna; Planejamento: fundamentos, tomada de decisões, planejamento estratégico: Organização: fundamentos, responsabilidade, autoridade e delegação. Influência: influência e comunicação, liderança, motivação, grupos e cultura organizacional: Controle: princípios, tecnologia da informação: Competitividade: qualidade e inovação. Recursos Humanos: Gestão de Pessoas: conceitos, evolução histórica, desafios, o profissional de gestão de pessoas: recrutamento e seleção: treinamento, desenvolvimento e educação, avaliação de desempenho, cargos e salários e carreiras, motivação, liderança e negociação. Administração Pública; Reforma da Administração Pública. Noções básicas de Administração. Noções básicas de elaboração e implementação de projetos organizacionais. Finanças: Políticas de Administração de recursos a curto prazo. Ciclos operacional e financeiro; necessidade de capital de giro; capital de giro e saldo de tesouraria. Administração do disponível. Fluxo de caixa. Administração dos valores a receber. Administração de Estoques. Administração da Produção: papel estratégico e objetivos da produção. Estratégia da produção. Projeto em gestão da produção. Projeto de produção e serviços . projeto da rede de operações produtivas. Tecnologia de processo. Planejamento e controle de capacidade. Planejamento e controle de estoques. Planejamento e controle da cadeia de suprimentos.MRP.

#### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

CERTO, Samuel C. Administração moderna.9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.



- CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria geral de administração. 5. Ed. São Paulo: Makron Books, 1997.
- GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. Administração da produção e operações. 8. ed. São Paulo: Thomson Learning. 2001.
- GIL, A. C. Gestão de Pessoas. São Paulo: Atlas, 2001
- GITMAN, Lawrencej. Princípios de Administração financeira. 7. ed. São Paulo; Harba, 1997.
- MAXIMIANO, antonio César Amaru, teoria Geral de Administração. São Paulo: Atlas, 1997.
- MILKOVICH George T; BOUDREAU , John W. Administração de recursos humanos. São Paulo: Atlas, 2002.
- PEREIRA, Luis Carlos Bresser; SPINK, Peter. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Editora Fundação Getúlio Vargas. Cap. A revolução global: reforma da administração do setor público – Donald F. Ketl. Cap. Da administração burocrática à gerencial – Luiz Carlos Bresser Pereira;
- SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- TROSA, Sylvia. Gestão pública por resultados. Revan, 2001. Parte I – Fundamentos da administração – cap. 1 Definindo a administração; cap. 2 Definindo as organizações, cap. 3 O papel dos gerentes. Parte 1 serviços públicos: enfrentar os desafios. Cap. 1 Os desafios
- VALERIANO, Dalton L. *Gerenciamento estratégico e administração por projetos*. São Paulo: Makron Books, 2001. cap. 1 – Conceitos preliminares; cap. 2 Gerenciamento Estratégico; cap. 3 Administração por projetos; cap. 4 O projeto; cap. 5 As gestões específicas.
- WESTON, J. Fred, BRIGHAM, Eugene F. *Fundamentos da administração financeira*. São Paulo: Makron Books, 2000.

## **8. Analista de Gestão, Proteção e Restauo – Ciências Contábeis**

Contabilidade: princípios fundamentais da Contabilidade; estrutura conceitual da Contabilidade; contas e plano de contas; elaboração, estruturação e classificação das demonstrações contábeis de acordo com a Lei no 6.404/76 e Lei no 10.303/01; controladoria. Legislação e Fundamentos aplicados a Administração Pública: legislação básica: Lei no 4.320/64; Decreto no 93.872/86; Lei de Responsabilidade Fiscal no 101/00; Licitações e Contratos Lei no 8.666/93; Lei do Pregão no 10.520/02; Lei Estadual no 14.167/02; Constituição do Estado de Minas Gerais. Auditoria: normas brasileiras de Auditoria. Resoluções CFC. Planejamento, normas e procedimentos de Auditoria. Auditoria no Setor Público Federal: sistemas de controle interno e externo; controle



interno e supervisão ministerial; finalidades e objetivos da auditoria governamental; abrangência de atuação. Técnicas e Procedimentos de Auditoria: testes de auditoria; amostragem estatística em auditoria. eventos ou transações subseqüentes; revisão analítica. Entrevista; conferência de cálculo. Confirmação; interpretação das informações; observação; procedimentos de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis.

#### Bibliografia sugerida

Constituição do Estado de Minas Gerais e Legislação Específica.

CRUZ, Flávio. Auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 2002.

EQUIPE de professores da USP. Contabilidade introdutória. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. Controladoria: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FIPECAFI. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável também as demais sociedades. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GIACOMONI, James. Orçamento público. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Horngreen, C.T.; Datar, S.M.; Foster, G. Contabilidade de custos: uma abordagem gerencial. vol. 2. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. Contabilidade avançada. 8. ed. São Paulo: Frase, 1999.

Normas Brasileiras de Contabilidade e Normas e Procedimentos de Auditoria, Brasília: CFC, 2003.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio et al. Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2004.

#### **9. Analista de Gestão, Proteção e Restauo – Ciências da Computação**

Conceitos Básicos de Sistemas Computacionais; Arquitetura de computadores; Dispositivos periféricos e de interligação; Conceitos de Lógica de Programação e Algoritmos; Raciocínio lógico; Conceitos básicos e características estruturais das linguagens de programação; Programação estruturada; Programação orientada a objetos; Programação orientada a eventos; Noções de UML; Conceitos de Rede de Computadores; Arquiteturas de rede; Topologias; Equipamentos de conexão e

transmissão; Arquitetura TCP/IP; DNS, FTP, TELNET, SMTP, HTTP e SNMP; Sistemas Operacionais ; Sistemas de arquivos; Entrada e saída de dados; Modelagem entidade-relacionamento em Bancos de Dados; Linguagem SQL; Estrutura de dados e algoritmos: Conceitos básicos de estruturas de dados; Algoritmos e estruturas para pesquisa e ordenação; Sistemas gerenciadores de banco de dados; Segurança; recuperação e integridade; replicação; distribuição; Planejamento, implementação, diagnóstico e solução de problemas; Instalação e configuração de contas de usuários, backup e restauração; Ambientes de Aplicações Web; Conceitos e tecnologias relacionadas à Internet; Protocolos relevantes para aplicações Internet; Princípios e arquitetura da Internet; Acesso à banco de dados.

### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:**

- ABITEBOUL, Serge; SUCIU, Dan; BUNEMAN, Peter. Data on the Web: From Relations to Semistructured Data and XML.
- BOOCH, G.; JACOBSON, I.; RUMBAUGH, J. *UML: Guia do Usuário*.
- CAMARÃO, Carlos, FIGUEIREDO, Lucília. Programação de Computadores em Java. Ed. LTC, 2003.
- DATE, C. J. *Introdução à Sistemas de Banco de Dados*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- FARRER, Harry, et. al. *Algoritmos estruturados*. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- GUIMARÃES, Angelo de Moura, LAGES, Newton Alberto. Algoritmos e Estruturas de Dados, ed. LTC, 1994.
- JACOBSON, I.; BOOCH, G.; RUMBAUGH, J. *The Unified Software Development Process*. Addison Wesley
- NAVATHE, Shamkant B.; ELISMARI, Ramez. *Sistemas de Banco de Dados: fundamentos e aplicações*. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- PAULA FILHO, Wilson de Pádua. *Engenharia de Software: fundamentos, métodos e padrões*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.
- PETERSON, Larry L., DAVIE, Bruce S. *Computer networks: a system approach*. 2nd edition. Morgan Kaufmann, 1999.
- PRESSMAN, Roger. *Engenharia de Software*. 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2002.
- RUMBAUGH, J.; JACOBSON, I.; BOOCH, G. *Unified Modeling Language Reference Manual*. Addison Wesley
- SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry; SUDARSAN, S. *Sistemas de Banco de Dados*. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, Makron Books, 1999.
- SOMMERVILLE, Ian. *Software Engineering*. 6. Ed.
- TANENBAUM, Andrew. *Redes de computadores – tradução da 4ª edição americana*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- TANENBAUM, Andrew. *Sistemas operacionais modernos*. Pearson Brasil, 2003.
- ZIVIANI, Nivio. *Projeto de algoritmos*. São Paulo: Pioneira, 1993.
- Manuais técnicos diversos.

### **10. Analista de Gestão, Proteção e Restauro – Direito**

Patrimônio Cultural – Evolução. Princípios. Fundamentos constitucionais da proteção do patrimônio cultural. Proteção judicial e administrativa do patrimônio cultural. Crimes contra o meio ambiente. Política Nacional Urbana – Leis de Incentivo Cultural Municipal, Estadual e Federal. Direito Administrativo. Conceito, fontes, princípios e interpretação do direito administrativo. Administração Pública: sentidos, organização administrativa,

descentralização e desconcentração, administração direta, indireta e entes paraestatais e do Terceiro Setor. Atos administrativos. Conceito, elementos, atributos, classificação e espécies. Extinção do ato administrativo. Poderes administrativos. Poder vinculado. Poder discricionário. Poder hierárquico. Poder regulamentar. Poder disciplinar. Poder de polícia. Uso e abuso do poder. Controle da Administração Pública. Conceito. Espécies. Recursos administrativos. Meios de controle e suas características. Licitação. Princípios. Conceito. Modalidades. Procedimento. Dispensa, inexigibilidade e licitação dispensada. Contrato administrativo. Peculiaridades, formalização, execução, inexecução e extinção. Modalidades. Bens públicos. Conceito, classificação, atributos, uso e alienação dos bens públicos. Bens públicos em espécie. Intervenção do Estado na propriedade privada. Função social da propriedade: instrumentos de intervenção do Estado na propriedade. Agentes Públicos: classificação. Servidores públicos. Organização do funcionalismo. Normas constitucionais sobre servidores públicos, responsabilidade. Direito Constitucional. Controle de constitucionalidade das leis e atos normativos. A República Federativa do Brasil. Princípios e objetivos fundamentais. Direitos e garantias e fundamentais.

Direitos e deveres individuais, coletivos e difusos. O Estado Federal Brasileiro. Organização Político-Administrativa. União. Estados. Municípios. Constituição Estadual. Lei Orgânica Municipal. Repartição de Competências. Administração Pública. Servidores Públicos. Direito Processual Civil. Processo de Conhecimento. Jurisdição e ação. Partes e Procuradores. Atos Processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Procedimento comum. Sumário. Ordinário. Processo de Execução. Da execução em geral. Da execução por quantia certa contra devedor solvente. Embargos do devedor. Suspensão e extinção do processo de execução. Processo Cautelar. Disposições gerais. Poder geral de cautela. Dos procedimentos cautelares específicos. A liminar e a contra cautela. Recursos. Disposições gerais. Da apelação e do agravo Embargos de declaração.

## **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

ZANELLA, Maria Sylvia. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.  
 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros.  
 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.  
 SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros.  
 THEODORO JR., Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Volumes 1, 2, 3. Rio de Janeiro: Foren.  
 MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros.  
 MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais.  
 SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Malheiros.  
 Revista dos Tribunais.  
 Constituição da República.  
 Código de Processo Civil.  
 Legislação brasileira e mineira pertinente aos temas contidos no programa.  
 CASTRO, Sonia Rabello. O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento/Sonia Rabello de Castro – Rio de Janeiro, Renovar, 1991

## **11. Analista de Gestão, Proteção e Restauro – Arquitetura**

Teoria e História da Conservação e Restauração. Teoria, métodos e técnicas de conservação preventiva e curativa. A Teoria de Brandi. Sistemas construtivos tradicionais

brasileiros. Noções sobre Patrimônio Cultural. A política cultural. A criação do SPHAN. Legislações e Normas. A UNESCO e seus organismos. O IPHAN, o IEPHA e os serviços municipais de proteção ao patrimônio. As convenções internacionais (cartas). O Estatuto das Cidades, Planos de Uso e Ocupação do Solo, Plano Diretor. Projeto de Restauração – Metodologia de estudo e análise. Diagnóstico do estado de conservação. Patologia e Terapia das estruturas. Projeto legal. Projeto executivo. Materiais tradicionais e modernos, comportamento e características. Princípios fundamentais da Ética, Relacionamento Interprofissional. Métodos de documentação. Introdução às leis e gestão administrativa. Noções sobre museologia e museografia. Educação patrimonial.

#### BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- LEMOS, Carlos A .C. “O que é patrimônio histórico”. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000 (Col. ‘Primeiros Passos”, vol.51).
- CHOAY, Françoise. “L’Allégorie du Patrimoine. Paris: Le Seuil. 1992. Em Português
- FITCH, James M. “Preservação do Patrimônio Arquitetônico.” São Paulo: FAU USP, 1981.
- LUCIANI, Roberto. “Il Restauro: Storia, Teoria, Tecnica, Protagonisti.” Roma: PALM/OMBI, 1988.
- “Preserving and Restoring Monuments and Historic Buildings.” (Museums and UNESCO, Monuments XIV) Paris: 1972.
- PMBH-“Belo Horizonte: Memória e Patrimônio Cultural.” Belo Horizonte: 1995.
- Fundação João Pinheiro: “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. Belo Horizonte: Relatório Síntese, 1979.
- IEPHA/MG- “Palácio da Liberdade: Restauração 1981-1983” – Belo Horizonte, 1983.
- MEC/ SPHAN /PRÓ-MEMÓRIA. “Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória.” Brasília, 1980.
- MILET, Vera. “A Teimosia das Pedras”. Olinda: Prefeitura Municipal, 1988.
- MAGALHÃES, Aloísio. “E Triunfo.” A questão dos Bens Culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MINC/ IPHAN -“Cartas Patrimoniais”. Rio de Janeiro:, 1995.
- IEPHA-“Preservação: A Ética das Intervenções.” (1996: Belo Horizonte) Anais do Seminário., 1997.
- IBPC -“Memória e Educação”. Cadernos de Patrimônio, Rio de Janeiro: Palácio Imperial – 1992/3 –.
- “Concepts and Problems of the conservation of Historical Monuments”. (1992/93) – A Brazilian/German Workshop – GKS – Forschungszentrum Geethacht GmbH – Gemany.
- LA REGINA, Adriano. “Preservação e Revitalização do Patrimônio Cultural na Itália.” São Paulo. FAUUSP, 1962..
- LEAL, Fernando Machado. “Restauração e Conservação de Monumentos Brasileiros.” Recife:1977
- VASCONCELLOS, Sylvio C. de. Arquitetura no Brasil - sistemas construtivos. Belo Horizonte, Escola de Arquitetura UFMG, 1958;

#### **12. Analista de Gestão, Proteção e Restauro – Engenheira Civil**

Noções sobre o Patrimônio Histórico e Cultural. Princípios fundamentais da Ética. Iniciação Científica da Conservação e Restauração. Teoria da restauração. Materiais constitutivos. Identificação de patologias e suas causas. Técnicas de conservação preventiva e curativa. Meios de expressão e representação gráfica de projetos. Materiais e equipamentos para levantamento de campo e desenho técnico. Dimensionamento.

Legislações e Normas vigentes destinados à construção civil no campo da arquitetura e afins, Normas Técnicas ABNT).

Mecânica dos Solos. Tecnologia das Construções. Materiais de Construção. Execução e Fiscalização de Instalações Prediais. Manutenção Predial. Execução e Fiscalização de Elementos Estruturais de Concreto Armado. Desenho de projetos. Desenho auxiliado por computador (CAD). Instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas e especiais. Orçamentos de obras comuns e especiais de restauração. Fiscalização e acompanhamento.

Verificação de código de posturas e Legislação Urbana. Controle tecnológico da obra. Atividades laboratoriais com materiais de construção.

Fundações profundas e superficiais. Análise e cálculo de estruturas em concreto armado e protendido. Estruturas em aço e madeira. Conhecimento de softwares aplicados ao projeto de cálculo estrutural. Domínio da Norma NBR-6118/2003. Projetos de obras civis; Arquitetônicos; Estruturais (concreto, aço e madeira); Fundações; Instalações elétricas e hidrossanitárias; Mecânica dos solos: origem e formação dos solos, índices físicos, caracterização dos solos, propriedades dos solos arenosos e argilosos, pressões dos solos, prospecção geotécnica, permeabilidade dos solos, compactação dos solos, compressibilidade, adensamento dos solos, estimativas de recalques, resistência ao cisalhamento dos solos, impulsos de terra, estruturas de arrimo, estabilidade de taludes. Projetos complementares; Ventilação/exaustão; Ar condicionado; Telefonia; Prevenção contra incêndio. Especificação de materiais e serviços. Programação de obras; Orçamento e composição de custos unitários, parciais e totais. Planejamento e cronograma físico-financeiro: PERT/CPM. Acompanhamento de obras. Construção; Organização do canteiro de obras, execução de fundações (sapatas, estacas, tubulões, etc); Alvenaria; Estruturas (concreto, aço e madeira); Coberturas e impermeabilização; Esquadrias; Pisos e revestimentos; Pinturas; Instalações (água, esgoto, eletricidade, telefonia, etc). Fiscalização; Acompanhamento da aplicação de recursos (medições, emissão de fatura, etc.); Controle de materiais (cimento, agregados, aditivos, concreto, aço, madeira, cerâmicas, vidro, etc); Controle de execução de obras e serviços.

Legislação e engenharia legal. Licitações e contratos; Legislação específica para obras e serviços de engenharia. Vistoria e elaboração de pareceres. Princípios de planejamento e de orçamento público. Noções de segurança do trabalho. Noções gerais de informática.

#### BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- AMARAL, O. C (1974).; Estruturas Isostáticas, Belo Horizonte, EE.UFMG;  
 CALIL, C. et al. Estruturas de Madeira (Notas de Aula). São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos – USP, 1999;  
 CHING, D.K, Técnicas Construtivas Ilustradas, Porto Alegre: Bookman, 2001;  
 CUNHA, A. J. P.; SOUZA, V. C. M. Lajes em concreto armado e protendido. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998. 580 p.;  
 FUSCO, P. B. Estruturas de concreto: solicitações normais. Rio de Janeiro: LTC, 1985;  
 LEONHARDT, F.; MOENNING, E. Construções de concreto. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. v.1, v.3;  
 NBR 6118 Projeto de Estruturas de concreto – ABNT, 2003;  
 NBR 6120 Cargas para o cálculo de estruturas em edificações. ABNT, 1982;  
 NBR 6123 Forças devidas ao vento em edificações. ABNT, 1986;  
 NBR 7190 Projeto de Estruturas de Madeira, ABNT, 1997;  
 NBR 7480 Barras e fios de aços destinados a armaduras para concreto armado - ABNT, 1996;  
 PAPPALARDO JR., A. et al. Estruturas de concreto (parte I): notas de aula. Disponível em: [www.meusite/mackenzie.com.br/alfonso](http://www.meusite/mackenzie.com.br/alfonso), agosto, 2002;

ROCHA, A. M. Concreto armado. Rio de Janeiro: Nobel, 1986. 402 p. 2 v;  
 SANCHEZ, E. Nova normalização brasileira para o concreto estrutural. Rio de Janeiro: Interciência, 1999. 334 p.;  
 SUSSEKIND, J. C. Curso de concreto. Rio de Janeiro: Globo, 1989. 2 v;  
 VERÇOSA, Enio José. Patologia das Edificações. Porto Alegre: Sagra, 1991.  
 GIAMMUSSO, Salvador E. Orçamento e Custos na Construção Civil. São Paulo, Pini, 1996;  
 Manual de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho Editora – ATLAS AS. 2001;  
 PFEIL, Walter. Estruturas de madeira. 4 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1985. 295 p;  
 VIEIRA NETTO. Como Gerenciar Construções. 1.ed. São Paulo: Pini, 1996;  
 Lei 8666/93 – Lei das Licitações.  
 BALDAN, Roquemar de Lima. Autocad 2006: utilizando totalmente – São Paulo – Érica – 2005;  
 MOLITERNO, Antonio. Caderno de Projetos de Telhados em Estruturas de Madeira - São Paulo - Editora Edgard Blucher - 1984;  
 LEMOS, Carlos A .C. “O que é patrimônio histórico”. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000 (Col. ‘Primeiros Passos”, vol.51).

### **13. Analista de Gestão, Proteção e Restauro – Engenheira Elétrica**

Sistemas elétricos: Circuitos trifásicos. Circuito série. Sistemas elétricos de corrente contínua. Subestações rebaixadoras. Iluminação predial. Iluminação de áreas externas. Sistema de aterramento e malha de terra; Conversão eletromecânica de energia; Transmissão e distribuição de energia elétrica; Análise de sistemas elétricos: p.u., componentes simétricas, modelagem dos elementos, faltas simétricas e assimétricas; Equipamentos elétricos; Acionamentos e controles elétricos; Eletrônica analógica e digital; Transformadores. Disjuntores de Alta Tensão e Baixa Tensão. Quadros de comando, controle e proteção; Operação e manutenção de sistemas elétricos de distribuição. Operação e manutenção de sistemas “no break” estático e dinâmico. Manutenção de cabines primárias e secundárias; Sistemas resistivos em C.C. e C.A. Circuitos RC, RL e RLC em C.A. Funcionamento e especificações de dispositivos: resistor, capacitor e indutor; Conceitos e fundamentos aplicados à manutenção predial (preventiva e corretiva). Planejamento e controle de manutenção; Rede elétrica: geradores, rede estabilizada, no-break, elevadores, sistema de refrigeração, CFTV, segurança eletrônica, SPDA e aterramento; Programação, controle e fiscalização de obras. Orçamentos comuns, de obras de restauração e composição de custos, levantamento de quantitativos, planejamento e controle físico-financeiro; Especificações prediais. Projetos de A.T. e B.T. e prediais. Projeto de rede lógica (cabearamento estruturado); Liderança e gerenciamento de recursos; Informática básica, AUTOCADs e outros.

#### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

AGHAZARM, Bruno & MIRANDA Jr., Jedey A. Transmissão de Dados em Sistemas de Computação. 3. ed., São Paulo: Érica, 1991.  
 AHMED, Ashfaq. Eletrônica de Potência. São Paulo: Prentice Hall, 2000.  
 BOLTON, W. Análise de Circuitos Elétricos. São Paulo: McGraw-Hill, 1995.  
 BOYLESTAD, Robert L. Dispositivos Eletrônicos e Teoria de Circuitos. 8. ed. Rio Janeiro: Pearson Brasil, 2004.



CIPELLI, Antônio M. Vicari; SANDRINI, W, João; MARKUS, Otávio. Teoria e Desenvolvimento de Projetos de Circuitos. 21. ed. São Paulo: Érica, 2005.

CREDER, Hélio. Instalações Elétricas. 14. ed. revisada e atualizada, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2002.

FITZGERALD, Arthur E. & KINGSLEY, Charles & KUSKO, Alexander. Máquinas Elétricas. São Paulo: McGraw-Hill, 1975.

MENDONÇA, Alexandre; ZELENOVSKY, Ricardo. Eletrônica Digital. Rio de Janeiro: MZ Editora, 2004.

OGATA, Katsuhiko. Engenharia de Controle Moderno. 4. ed., Rio de Janeiro: Pearson Brasil, 2003.

ZANATTA JÚNIOR, Luiz Cera. Transitórios Eletromagnéticos em Sistemas de Potência. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

LEMOS, Carlos A .C. “O que é patrimônio histórico”. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000 (Col. “Primeiros Passos”, vol.51).

#### **14. Analista de Gestão, Proteção e Restauro – Historia**

Origens, conquista e formação do território mineiro. Avaliação crítica da Historiografia sobre Minas Gerais: a importância das fontes arquivísticas e bibliográficas na produção do conhecimento. História Cultural: Evolução do conceito; Crítica historiográfica. Patrimônio Cultural: Conceito; Patrimônio e identidade nacional; Patrimônio como categoria de pensamento; Patrimônio como categoria jurídica; A ampliação da noção de patrimônio cultural.

IEPHA/MG: Contexto de criação, Atribuições, Atuação e mecanismos de preservação; Inventário; Tombamento; Registro; Educação Patrimonial.

#### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Estudo crítico. In: VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p.11- 41.

HUNT, Lynnt. História, cultura e texto. In: BURKE. Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p.1-29. (Texto de apresentação).

BURKE. Peter. *O que é História Cultural?* Trad. Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p.15-43. (cap. 1 e 2).

CERTEU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p. 78-93. (II. Uma Prática).

CHAGAS, Mário. O pai de Macunaíma e o patrimônio imaterial. In: *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p.95-108.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal. In: *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p.56-76.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 21-29.

SANT’ANA. Márcia. A face imaterial do patrimônio mater: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p.46-55.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, Cultura política e Patrimônio histórico. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.



FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MinC, 1997. Cap. 1 e 2. (p 29 a 82).  
HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, / Museu Imperial, 1999.  
MACHADO, Jurema. Panorama institucional. In: *Anais do seminário internacional Preservação: a ética das intervenções*. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1996. p. 13-29.  
MENESES, Ulpiano Bezerra de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: *O DIREITO à memória*. Patrimônio Histórico e Cidadania. Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo, 1992. p. 189 -194.

## **15. Analista de Gestão, Proteção e Restauro – Relações Públicas**

A natureza e o papel das Relações Públicas: evolução histórica; função política, assuntos públicos, crises e oportunidades; veículos de comunicação massiva e dirigida. Legislação e ética em Relações Públicas: a ética e a cultura organizacionais; legislação da área; compromissos sociais das empresas. Pesquisa e Planejamento em Relações Públicas: definição de públicos; o processo de planejamento de Relações Públicas; planos, programas e projetos; pesquisa e auditoria em Relações Públicas; Relações Públicas e a filosofia da comunicação integrada. Cerimonial e Protocolo: ordem geral de precedência; protocolo e etiqueta; planejamento e classificação dos eventos. Assessoria de imprensa: conceitos e aplicabilidade no cenário organizacional.

### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

CESCA, Cleuza Gimenes. *Organização de Eventos – Manual para planejamento e execução*. São Paulo: Summus, 1997.  
CESCA, Cleuza Gimenes; CESCA, Wilson. *Estratégias empresariais diante do novo consumidor*. São Paulo: Summus, 2000.  
CONSELHO Federal de Profissionais de Relações Públicas. Lei no 5.377/67. [www.confERP.org.br](http://www.confERP.org.br).  
CONSELHO Federal de Profissionais de Relações Públicas. Regulamento da Lei no 5.377/67. [www.confERP.org.br](http://www.confERP.org.br).  
CONSELHO Federal de Profissionais de Relações Públicas. Resolução Normativa no 43/2002. [www.confERP.org.br](http://www.confERP.org.br).  
CRUZ, Luiza. Pensamentos prático-teóricos sobre um tema pragmático: a assessoria de imprensa e seu dia-a-dia. In: FREITAS, Ricardo Ferreira; LUCAS, Luciane (org.). *Desafios Contemporâneos em Comunicação – perspectivas de Relações Públicas*. São Paulo: Summus, 2002.  
FORTES, Waldyr Gutierrez. *Relações Públicas: processos, funções, tecnologias e estratégias*. São Paulo: Summus, 2003.  
FRANÇA, Fábio. *Públicos – como identificá-los em uma nova visão estratégica*. São Paulo: Yends Editora, 2004.  
KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. São Paulo: Summus, 2003.  
SCHULER, Maria (org.). *Comunicação Estratégica*. São Paulo: Atlas, 2004.  
VIANA, Francisco. *De cara com a mídia – comunicação corporativa, relacionamento e cidadania*. São Paulo: Negócio, 2001.

## **16. Analista de Gestão, Proteção e Restauro – Biblioteconomia**

Planejamento e administração de sistemas e serviços de informação. Formação e desenvolvimento de acervos. Tratamento e recuperação da informação. Descrição bibliográfica: catalogação, normalização. Representação de assuntos: indexação, classificação.. Linguagens de indexação: tesouros, sistemas de classificação bibliográfica. Recuperação da informação: recursos, estratégias, avaliação. Serviços aos usuários: serviço de referência, disseminação da informação. Automação: tecnologias e suportes de informação, planejamento e manutenção de bancos de dados. Internet: serviços, recursos, busca. Gestão da documentação arquivística, no contexto das organizações: conceitos, teorias, funções e processos.

Arquivo Público Mineiro. Tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo para as atividades mantenedoras da Administração Pública do Estado de Minas Gerais.

Arquivo Público Mineiro. Plano de classificação de Documentos por assunto e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo para as atividades mantenedoras da administração estadual de Belo Horizonte: Imprensa Oficial 1997.

#### BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Planejamento de bibliotecas e serviços de informação.

Brasília : Briquet de Lemos Livros, 2000.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023: informação e documentação-referências-elaboração.

Rio de Janeiro, 2002.

BELLOTTO, H.L. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

CESARINO, M. A. N. Sistemas de recuperação da informação. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v.14, n. 2, p. 157-168, set. 1985.

EVANS, F. B. Princípios fundamentais para um enfoque global da administração de arquivos e documentos. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 15-23, p. 5-11, jan/dez. 1994.

CARDOSO, L. R. B. Automação de bibliotecas: tendências contemporâneas. In: Targino, M. G.;

Castro, M. M. R. N. (Org.). Desafiando os domínios da informação. Teresina: EDUFPI, 2002. p. 153-181.

CENDÓN, Beatriz Valadares. Ferramentas de busca na web. Ciência da Informação, Brasília, v.30, n.1, p. 39-49, jan./abr. 2001.

Dewey Decimal Classification

CORTE, Adelaide Ramos et al. Automação de bibliotecas e centros de documentação: o processo de avaliação e seleção de softwares. Ciência da Informação, Brasília, v. 28, n.3, p. 239-254, set./dez. 1999.

CRUZ, Ângelo Antônio Alves Corrêa da et al. Impacto dos periódicos eletrônicos em bibliotecas universitárias. Ciência da Informação, Brasília, v.32,n.2, p. 47-53, maio/ago. 2003.

CUNHA, L. Publicações científicas por meio eletrônico: critérios, cuidados, vantagens e desvantagens. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v.2, n. 1, p. 77-92, jan/jun. 1997.

FIGUEIREDO, N. M. Novas tecnologias: impacto sobre a formação de coleções.

Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 245-254, jul/dez. 1996.

FIGUEIREDO, N. M. Serviços de referência & informação. São Paulo: Polis, 1992.

- FRANÇA, Júnia Lessa et al. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 7.ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- LANCASTER, F.W. Indexação e resumos: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1993.
- MACEDO, N. D.; MODESTO, F. Equivalências: do serviço de referência convencional a novos ambientes de redes digitais em bibliotecas: partes I e II. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Nova Série, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 38-54, 55-72, 1999.
- NAVES, M. M. L. Análise de assunto: concepção. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul/dez. 1996.
- PINTO, M. C. M. F. Análise e representação de assuntos em sistemas de recuperação da informação: linguagens de indexação. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v.14, n. 2, p. 169-186, set. 1985.
- RIBEIRO, A. M. C. M. Catalogação de recursos bibliográficos pelo AACR2R Anglo-American Cataloguing Rules, 2 end edition, 2002 Revision. 2. ed. rev. Brasília: Ed. do Autor, 2004.
- ROWLEY, Jennifer. A biblioteca eletrônica. Brasília: Briquet de Lemos, 2002. p. 106-129, 161- 209, 315-336.40
- SAMPAIO, M. I. C., MORESCHI, E. B. P. DSI - Disseminação seletiva da informação: uma abordagem teórica. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 38-57, jan/dez. 1990.
- TEIXEIRA, C. M. S., SCHIEL, U. Internet e seu impacto nos processos de recuperação da informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 26, n. 1, p.65-71, jan/abr. 1997.
- Código de Catalogação anglo americano. São Paulo. FEBAB, 1983
- ABNT NBR 6023
- ABNT NBR 10520

## **17. Analista de Gestão, Proteção e Restauro – Geologia**

Regimes de Aproveitamento Econômico das substâncias minerais de acordo com o DNPM.

Elementos básicos para análise de Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental, Plano de Controle Ambiental, Relatório de Controle Ambiental, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. O Termo de Referência para EIA/RIMA em áreas cársticas no âmbito do licenciamento ambiental em Minas Gerais. Conceitos básicos para elaboração de Pareceres Técnicos. Avaliação de impactos ambientais e medidas de controle em atividades de extração de minerais não-metálicos. Aspectos prioritários a serem abordados em fiscalizações de atividades minerárias. Água: parâmetros e padrões de qualidade, fontes de poluição (esgoto doméstico, efluentes industriais, sedimentos, calor, etc), sistemas de controle e tratamento de efluentes de fontes de poluição. Perfil de solo, classes de solo e características geotécnicas de solos residuais e transportados. Águas subterrâneas: o ciclo da água, infiltração e escoamento subterrâneo; tipos de aquífero; ações mecânicas e fenômenos da água subterrânea nos maciços rochosos e de solo; contaminação da água subterrânea. Rochas carbonáticas – origem e evolução. Geomorfologia Cárstica – Principais conceitos, feições, origem e evolução (Exocarste e Endocarste). Depósitos cavernícolas químicos e clásticos – importância, origem e evolução. Metodologias e nível de precisão do mapeamento espeleológico. Metodologias de valoração de cavidades. Províncias cársticas do estado

de Minas Gerais – Aspectos geológicos e geomorfológicos. Utilização de 58 cartas topográficas, ortofotos e GPS no licenciamento ambiental de áreas cársticas. Relações entre águas subterrâneas e superficiais. Contaminação de aquíferos. Processos de dinâmica superficial: erosão, erosão fluvial; erosão hídrica pluvial; erosão eólica, movimentos de massa; assoreamento; inundação; subsidências e colapso; carstificação; alívio de tensões; expansão; sismos induzidos. Controle de erosão. Perfil de solo, classes de solo e características geotécnicas de solos residuais e transportados. Águas subterrâneas: o ciclo da água, infiltração e escoamento subterrâneo; tipos de aquífero; ações mecânicas e fenômenos da água subterrânea nos maciços rochosos e de solo; contaminação da água subterrânea. Licenciamento Ambiental: Conceitos e elementos básicos para análise de Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental, Plano de Controle Ambiental, Relatório de Controle Ambiental, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Competência legal para o licenciamento. Avaliação de impactos ambientais (metodologias e aplicabilidade) e medidas de controle em atividades de extração de minerais Metálicos (solo, ar e água). Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Princípios básicos de geoquímica ambiental. Mecanismo básico de transporte de poluentes diversos nas águas, no solo e ar. Conhecimento de técnicas de remediação de áreas contaminadas e interpretação dos resultados. O meio Físico em Estudos de Impacto Ambiental:

alterações potenciais nos processos do meio físico por processos tecnológicos.

Cartografia

geotécnica e geoambiental. Erosão e a ocupação urbana. Assoreamento de corpos d'água.

Escorregamentos em encostas naturais e ocupadas: análise e controle. Meio Físico na recuperação de áreas degradadas.

#### BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ABGE/IPT. Curso de Geologia aplicada ao meio ambiente. Bitar, O.Y. (Org.). São Paulo, 1995.

CPRM–Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Inventário de Cavidades Naturais. Programa Gestão e Administração Territorial – Projeto VIDA – Viabilidade Industrial e Defesa

Ambiental. 1992. Vol. 1.

DARDENNE, A. Síntese sobre a estratigrafia do Grupo Bambuí no Brasil Central. In: Anais

CBG, Recife-PE, Recife: SBG, v.2. p. 597-610. 1978.

FEITOSA, F. A. C. & MANOEL FILHO, J. Hidrogeologia. Conceitos e aplicações. Fortaleza.

REFO. 389 p., 1997.

Fundação Estadual do Meio Ambiente. Iniciação ao desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte: FEAM, 2003.

Fundação Estadual do Meio Ambiente. Termo de Referência para EIA/RIMA em Áreas Cársticas. Belo Horizonte: FEAM, 2005.

KOHLER, H.C. Forma, Gênese e Evolução dos Relevos Cársticos. XXI SEMANA DE ESTUDOS GEOLÓGICOS. Sociedade de Intercâmbio Cultural e Estudos Geológicos. N 0 22. 1992.

KARMANN, I. & SANCHEZ, L.E. Distribuição das rochas carbonáticas e províncias espeleológicas no Brasil. Espeleo-tema 13. 1979.

KENNETH, C. T., TAYLOR, R. L. The Art of Cave Mapping. Missouri Speleology, v. 31, n. ¼, p. 1991.

- KOHLER, H.C. Geomorfologia Cárstica na Região de Lagoa Santa–MG. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia – USP. 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. Gestão ambiental; organizado por Gisela Herrmann, Heinz Charles
- Kohler, Júlio César Duarte, Patrícia Garcia da S. Carvalho. Belo Horizonte: IBAMA/Fund. BIODIVERSITAS/CPRM, 1998. 40p.: mapa e anexos. (Série APA Carste de Lagoa Santa - MG).
- LINO, CLEITON FERREIRA. Cavernas o Fascinante Brasil Subterrâneo. São Paulo. Ed. Rios. 1989. 59
- Manual de Orientação Básica ao Pequeno e Médio Minerador – Secretaria de Estado de Minas e Energia. Minas Gerais – Belo Horizonte: 2001.
- Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Municípios – Volume V Fundação Estadual do Meio Ambiente.
- SANTOS, A.R. Geologia de Engenharia – conceitos, métodos e prática. São Paulo: ABGE-IPT. 2002.
- SILVA, C.M.T. & COSTA JR., I.A. Método de Prospecção Espeleológica Preliminar - Exemplo de Aplicação em Arcos - MG. Ouro Preto: Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Espeleologia. 1997.
- TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M; FAIRCHILD, T.R; TAIOLI, F. (Orgs.). Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de textos. 2000.
- DANA, J.D, Manual de Mineralogia. Vol. 1 e 2.
- LEINZ, V. E AMARAL, S. E. Geologia Geral
- LAHEE, F.H., Geologia Práctica
- IBRAM. Meio ambiente e mineração. 1992.
- BRAGA et al. Introdução à engenharia ambiental. 2003.
- DERISIO, J. C. Introdução ao controle de poluição ambiental. 2000.
- BARROS,R.T.V; Resíduos sólidos. 1998.
- BRAGA et al; Introdução à Engenharia Ambiental. 2003.
- DERISIO, J. C; Introdução ao controle de poluição ambiental. 2000.
- Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para Municípios – Volume V Fundação Estadual do Meio Ambiente.
- MACEDO, J.ªB; Introdução a Química Ambiental. 2002.
- CETESB – Manual de áreas contaminadas. [www.cetesb.sp.gov.br](http://www.cetesb.sp.gov.br)
- Norma ABNT 10.004/2004
- Norma ABNT 10.151
- OMAR YAZBEK BITAR, coordenador et al. Curso de geologia aplicada ao meio ambiente. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia – ABGE, 1995.
- NILTON FORNASSARI FILHO, coordenador et al Alterações no meio físico decorrentes de obras de engenharia. São Paulo: Instituto de Pesquisas e Tecnologia – IPT, 1992.
- EDÉZIO TEIXEIRA DE CARVALHO. Geologia Urbana para todos uma visão de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1999.
- OSNI JOSÉ PEJON; LÁZARO VALETIM ZUQUETTI. Simpósio Brasileiro de Cartografia Geotécnica e Geoambiental. (5: 2004: SP. São Carlos) Cartografia Geotécnica e Geoambiental: conhecimento do meio físico base para sustentabilidade. Suprema Gráfica Editora, 2004.
- ANTÔNIO MANUEL DOS SANTOS OLIVEIRA, SÉRGIO NESTON ALVES DE BRITO. Geologia de Engenharia– ABGE. São Paulo. 1998 (vários autores).
- <http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/>



SOARES-FILHO, BRITALDO SILVEIRA. Interpretação de imagens da Terra curso de geoprocessamento, UFMG.

### **18. Analista de Gestão, Proteção e Restauro – Geografia**

Noções de Geoprocessamento. Geologia e recursos minerais. Hidrografia, manejo de bacias hidrográficas e recursos hídricos. Cobertura vegetal e uso do solo. Cartografia e Mapeamento. Conceitos em demografia. Dinâmica Populacional. Projeções Populacionais. Indicadores sócio-econômicos. Questão agrária. Espaço urbano e espaço rural. Patrimônio Natural e cultural. Monitoramento ambiental. Planos de recuperação de áreas degradadas.

#### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

AYOADE, J. O. Introdução à climatologia para os Trópicos. Difel, São Paulo, 1986.  
CHRISTOFOLETTI, ANTÔNIO. Geomorfologia. Editora Edgard Blücher – São Paulo – 1991.  
CUNHA, SANDRA BAPTISTA E GUERRA, ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA (org.). Geomorfologia do Brasil. 3ª. Edição – 2003.  
ROSS, JURANDYR S. et al. Geografia do Brasil. EDUSP – São Paulo, 1996.  
SANTOS, J. L. F. et alii (eds.). Dinâmica da População, Teoria, métodos e técnicas de análise. T.a. Queiroz, São Paulo, 1991.  
TEIXEIRA, WILSON, TOLEDO, MARIA CRISTINA, RICH, THOMAS, TAIOLI, FÁBIO (org.). Decifrando a Terra. Oficina de Textos, São Paulo, 2000.  
Novo, E.M.L. Sensoriamento remoto: princípios e aplicação. Edgard Blücher – São Paulo, 1992 – 2ª edição.  
GARCIA, GILBERTO J. Sensoriamento remoto, princípios e interpretação de imagens – São Paulo.  
SOARES, F O ., BRITALDO S. Interpretação de imagens da Terra. Curso de geoprocessamento, UFMG – CD rom – 200-2001.  
ARAÚJO, G.H. S et alii. Gestão ambiental de áreas degradadas. Bertrand Brasil – Rio de Janeiro – 2005.

### **19. Analista de Gestão, Proteção e Restauro – Pedagogia**

O pedagogo e a formação continuada dos colaboradores: Formação humana e capacitação. O desenvolvimento da cultura da aprendizagem na organização. A formação do profissional reflexivo. Gestão do Conhecimento: Elementos construtivos da gestão do conhecimento. Identificando e adquirindo o conhecimento. Desenvolvendo, compartilhando e distribuindo conhecimento. Resistência à mudança: Influências para a organização e o processo de formação continuada dessa resistência. O papel dos moderadores individuais e situacionais nas mudanças. A difícil gestão das motivações. A criatividade nas organizações. Gestão de competências e 64 gestão de desempenhos: Gestão de competências: principais características e aplicações. Gestão de desempenho: principais características e aplicações. Gestão de desempenho x Gestão competência. Criatividade e motivação nas organizações: Características pessoais e fatores socioculturais que interferem na criatividade. O cenário do trabalho atual. As diferentes faces da motivação e os perigos da desmotivação. Diversidade cultural: Conceitualização de diversidade



cultural. Administrar a diversidade cultural nas organizações. A noção de competência como ordenadora das relações de trabalho: A tensão entre competência e qualificação na Gestão do Trabalho. A Pedagogia das Competências em sua dimensão Sócio-Econômica. Transformando o processo de avaliação institucional em meio e não em fim do trabalho: Preparando os profissionais para as demandas da prática. Ensinando o talento artístico através da reflexão-na-ação.

A avaliação institucional como forma de crescimento da/na organização. A diversidade cultural e sua influência nas avaliações institucionais.

#### BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BONNIOL, Jean-Jacques; VIAL, Michel. Modelos de Avaliação: textos Fundamentais.

Porto

Alegre: Artes Médicas, 2001.

PROBST, Gilbert. Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookman, 2002.

RAMOS, Marise Nogueira. A Pedagogia das Competências: Autonomia ou adaptação? São

Paulo: Editora Cortez, 2002.

SCHÖN, Donald A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ZABOT, João Batista M.; SILVA, L.C. Melo da. Gestão do conhecimento: aprendizagem e tecnologia: construindo a inteligência coletiva. São Paulo: Atlas, 2002.

WOOD JÚNIOR, Tomaz. Gestão Empresarial: o fator Humano. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

Gestão Empresarial: oito propostas para o terceiro milênio. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

#### 20. Analista de Gestão, Proteção e Restauo – Sociologia

Fundamentos teórico-metodológicos: fato social e ação social; explicação e compreensão; positivismo e interpretação do sentido; História: evolução, progresso e desenvolvimento. 2 Principais conceitos: sociedade e indivíduo; estrutura e função; diferenciação social; divisão social do trabalho; estratificação social; dominação social; conflito e mudança social; educação; linguagem; cultura: valores, idéias e ideologias; instituições; comportamento; racionalidade e irracionalidade: lei e moral; carisma: tradição e modernidade; urbanização. 3 Principais correntes de pensamento sociológico: funcionalismo; marxismo; sociologia compreensiva; teoria crítica da sociedade. 4 Sociologia no Brasil – principais temas: cultura brasileira; identidade nacional: Estado e poder; estratificação social, dependência e desenvolvimento; movimentos sociais; Estado, sociedade e Educação.

#### BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. Brasília: UNB, 1982.

COHN, Gabriel (org). **Max Weber**. São Paulo: Ática, 1979.

IANNI, Octávio. **Marx - Sociologia**. São Paulo: Ática, 1992.

RODRIGUES, José Albertino (org). **Durkheim - Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS (leituras por temas de pesquisa)

Revista **SOCIOLOGIAS** (números e textos de acordo com a linha de pesquisa do





- anteprojeto). Bibliografia de referência na linha de pesquisa a que corresponde o anteprojeto.
- BELFIORE-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social no Brasil**. São Paulo: Educ, 1997.
- CHAMPAGNE, P. et alli. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- REVISTA **CADERNOS DE SOCIOLOGIA**. nº 10. PPGS/UFRGS.
- REVISTA **SOCIOLOGIAS**. Nos 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13. PPGS/UFRGS.
- ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1995, 4ª Ed.
- BAUER, Martin e GASKEL, George (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes. 2002.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CASTELLS, Manuel. Sociedade em Rede: a era da informação. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAMPAGNE, Patrick et alii. Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social. Bauru: EDUSC, 2001.
- GIDDENS, Anthony; TURNER, J. (org). Teoria Social Hoje. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.
- REVISTA SOCIOLOGIAS. nºs 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13. PPGS/UFRGS.
- TOURAINÉ, ALAIN. Poderemos Viver Juntos? Petrópolis: Vozes, 1999.

## **21. Analista de Gestão, Proteção e Restauro - Programação Visual (Designer Gráfico)**

Editoração de eletrônica com Coreldraw: Conceitos básicos e fundamentos sobre editoração eletrônica; Configuração do software Coreldraw; Criação, manutenção, tratamento e organização de peças gráficas (folheto, folders, mala direta, jornais, etc.) utilizando o Coreldraw. Editoração de imagens com Photoshop: Conceitos básicos e fundamentos sobre editoração de imagens; Configuração do software Photoshop; Aquisição, manutenção, tratamento e organização de imagens utilizando o Photoshop

### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:**

Manuais de referência do Coreldraw.  
Manuais de referência do Photoshop.

## **22. Analista de Gestão, Proteção e Restauro – Artes Plásticas**

História da arte, da arquitetura, do mobiliário. Noções gerais sobre teoria da forma, das cores, da percepção. Noções sobre Patrimônio Cultural. A criação do SPHAN. Legislações e Normas. A UNESCO e seus organismos. O IPHAN, o IEPHA e os serviços municipais de proteção ao patrimônio. As convenções internacionais (cartas). Princípios fundamentais da Ética, Fundamentos Científicos da Conservação e Restauração. Análise Crítica da Obra de Arte. Iconografia Religiosa. Teoria da restauração. Relacionamento interprofissional. Materiais Conhecimento do bem cultural em relação ao seu significado



estético. Importância histórica. integridade física: identificação e natureza da alteração. Avaliar as causas da deterioração, Estabelecer o tipo e importância do tratamento. Introdução às causas de degradação. Exposição e transporte dos bens culturais. Teoria, métodos e técnicas de conservação preventiva e curativa. Métodos de documentação. Introdução às leis e gestão administrativa. A estrutura de um museu, o seu acervo e as seções técnicas que envolvem um projeto museográfico. A política cultural voltada para os museus e a atualização do marketing cultural. O museu como atrativo e destinação educativa. Museus e comunidade, Museus e Turismo.

#### BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.p.20.
- LEMOS, Carlos A .C. **O que é patrimônio histórico**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000 (Col. 'Primeiros Passos", vol.51).
- DAVIES, Stuart. **Museologia. Patrimônio Histórico** – Editora EDUSP
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras Horta; FARIAS, Priscila; GRUNBERG, Adriane. MONTEIRO, Queiroz. **"Guia básico de educação patrimonial"** – IPHAN, Brasília, 1999.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Considerações sobre o Profissional de Museu e sua Formação**. Anais da II Semana de Museus da Universidade de São Paulo: USP, 1999.
- CHAGAS, Mário. **A Formação Profissional do Museólogo: 7 imagens e 7 perigos**. In: Museália. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996. P11-120
- CHAGAS, Mário de Souza. **Museália**. Rio de Janeiro: JC, 1995.ARAÚJO, Marcelo M.& BRUNO, Maria Cristina O . (orgs.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.
- ARAÚJO, Marcelo Mattos e BRUNO, Maria Cristina Oliveira, org. **Memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia e turismo: os caminhos para a educação patrimonial** s.l.: Cordenadoria de Ensino Técnico – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1998. 111p.
- MOURÃO, Rui. **A nova realidade do museu**. Ouro Preto: Ministério da Cultura/ IPHAN / Museu da Inconfidência, 1994. 105p.il.
- FERREZ, Helena Dodd e BIANCHINI, Maria Helena S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987. 2v.
- DAVIES, Stuart. **Museologia. Roteiros Práticos-02 Planejamento de Exposições** – Editora EDUSP
- CHOAY, Françoise. **"L'Allégorie du Patrimoine**. Paris: Le Seuil. 1992. Em Português MEC/ SPHAN /PRÓ-MEMÓRIA. **"Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória."** Brasília, 1980.



MAGALHÃES, Aloísio. **“E Triunfo.”** A questão dos Bens Culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MINC/ IPHAN -**“Cartas Patrimoniais”**. Rio de Janeiro:, 1995.

]

**ANEXO II**  
REQUERIMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

**DIRIGIDO A**

